

Título original:
Sociolinguistic Patterns
Copyright © 1972 By the University of Pennsylvania Press, Inc.
Eleventh printing 1991
ISBN: 0-8122-1052-2

Editor: Marcos Marcolino

CAVA E PROJETO GRÁFICO: *Andréia Custódio*

CONSELHO EDITORIAL: Ana Maria Stahl Zilles [Unicisno]

Carlos Alberto Faraco [UFPR]

Egon de Oliveira Rangel [PUC-SP]

Giivan Müller de Oliveira [UFSC, Ipoel]

Henrique Montequido [Univ. de Santiago de Compostela]

Kanavilli Rajagopalan [Unicamp]

Marcos Bagno [UnB]

Maria Marta Pereira Scherre [UFRR, UnB]

Rachel Gazalla de Andrade [PUC-SP]

Salmir Tannus Muchail [PUC-SP]

Stella Maris Bortoni-Ricardo [UnB]

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

L124p

Labov, William

Padres sociolinguísticos / William Labov; tradução Marcos Bagno,
Marta Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. - São Paulo,
Parabola Editorial, 2008.

392p. - (Linguagem) ; 26)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-88456-85-3

1. Sociolinguística. I. Título. II. Série.

08-3638

CCD: 401.9
CDU : 81.42

Direitos reservados à
PARABOLA EDITORIAL
Rua Susuarana, 216 - Ipiranga
04281-070 São Paulo, SP
pabx: (11) 5061-9262 | 5061-1522 | fax: (11) 5061-8075
home page: www.parabolaeditorial.com.br
e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou
transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico,
incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de
dados sem permissão por escrito da Parabola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-88456-85-3

© da edição brasileira: Parabola Editorial, São Paulo, setembro de 2008

Para Uriel Weinreich

CONCLUSÃO

Esta discussão se concentrou na tese de que as pressões internas, estruturais, e as pressões sociolingüísticas agem em alternância sistemática no mecanismo da mudança lingüística. Não se pode mais alegar seriamente que o lingüista deve limitar suas explicações da mudança às influências mútuas de elementos lingüísticos definidos por função cognitiva. Tampouco se pode alegar, com um mínimo de bom senso, que um sistema lingüístico em mudança é autônomo. Tentei sustentar aqui este argumento para além da mera catalogação das possibilidades, ao introduzir um amplo conjunto de evidências de mudanças sonoras em progresso observadas. Com base nessas evidências, podemos afirmar com mais segurança que não é possível realizar uma análise das relações estruturais dentro de um sistema lingüístico para só depois recorrer a relações externas. O processo de reciclagem delineado aqui sugere o tipo de resposta que podemos dar às questões fundamentais sobre as causas motivadoras da mudança lingüística, e sobre as funções adaptativas da mudança, bem como sobre o mecanismo pelo qual a mudança se processa. Podemos esperar que investigações futuras modifiquem o esboço apresentado aqui, mas os dados vindos da comunidade de fala contínua não a ser parte essencial da análise da mudança lingüística.

8 O estudo da língua em seu contexto social

S SEITE PRIMEIROS CAPTULOS deste volume documentaram uma abordagem da pesquisa lingüística que se concentra na língua em uso dentro da comunidade de fala, com vistas a uma teoria lingüística adequada para dar conta desses dados. Este tipo de pesquisa tem sido às vezes rotulado de "sociolingüística", embora este seja um uso um tanto enganoso de um termo estranhamente redundante. A língua é uma forma de comportamento social: declarações neste sentido podem ser encontradas em qualquer texto introdutório. Crianças mantidas em isolamento não usam a língua; ela é usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, idéias e emoções uns aos outros. Os monólogos egocêntricos das crianças revelam ser desenvolvimentos secundários derivados do uso social da língua (Vygotsky 1962: 19) e pouquíssimas pessoas passam muito tempo falando consigo mesmas. É questionável se frases que nada comunicam a ninguém façam parte da língua. De que maneira, então, a "sociolingüística" pode ser considerada algo separado da "lingüística"?

Uma área de pesquisa que tem sido incluída na "sociolingüística" talvez seja rotulada mais adequadamente de "sociologia da linguagem". Lida com fatores sociais de larga escala e sua interação mútua com línguas e dialetos. Há várias questões abertas e diversos problemas práticos associados com o declínio e a assimilação de línguas minoritárias, o desenvolvimento do bilingüismo estável, a padronização de línguas e o planejamento do desenvolvimento da língua em nações recém-surgidas. O estímulo lingüístico para tais estudos é primordialmente o de que dada pessoa ou grupo usa a língua x num contexto ou domínio social y.

Muitos compêndios recentes têm discutido o trabalho nesta área (Fishman 1969) e não tentarei lidar com tais questões e tal pesquisa aqui.

Existe outra área de estudo às vezes incluída na "sociolinguística" que se preocupa mais com os detalhes da língua no uso real — o campo que Hymes tem chamado de "etnografia da fala" (1962). Há muito o que fazer na descrição e na análise dos padrões de uso de línguas e dialetos dentro de uma cultura específica: as formas de "eventos de fala", as regras para a seleção adequada dos falantes; as inter-relações entre falante, ouvinte, público, tópico, canal e contexto; e os modos como os falantes se valem dos recursos de sua língua para desempenhar certas funções. Este estudo funcional é concebido como complementar ao estudo da estrutura linguística. A pesquisa atual e os objetivos deste campo foram bem resenhados por Hymes (1966); em nossa discussão da metodologia, algum material deste estudo descritivo estará envolvido, mas esta revisão não tentará cobrir a etnografia da fala como um todo. Muitas revisões e resenhas deste campo mais amplo da "sociolinguística" apareceram recentemente, e o leitor encontrará muitos estudos excelentes e perspicazes em Bright 1966; Gunperz & Hymes 1966; Lieberman 1966; Fishman 1968; Ervin-Dipp 1968; e Grimshaw 1968.

Este capítulo tratará do estudo da estrutura e da evolução da língua dentro do contexto social da comunidade de fala. Os tópicos linguísticos a serem considerados aqui cobrem a área normalmente chamada de "linguística geral", que lida com fonologia, morfologia, sintaxe e semântica¹. As questões teóricas a serem levantadas também farão parte da categoria da linguística geral. Estaremos preocupados com as formas das regras linguísticas, sua combinação em sistemas, a coexistência de vários sistemas e a evolução destas regras e sistemas com o tempo. Se não houvesse necessidade de contrastar este trabalho com o estudo da língua fora de seu contexto social, eu preferiria dizer que se trata simplesmente de *linguística*. É relevante, portanto, indagar por que deveria haver a necessidade de uma nova abordagem da linguística com uma base social mais ampla. Parece bastante natural que os dados básicos para qualquer forma de linguística geral seja a língua tal como usada por

¹ Também estendemos esses estudos para a área da análise do discurso, que não tem sido considerada uma parte da linguística geral nem foi investigada seriamente no passado. A seção 4 deste capítulo dá uma breve indicação da natureza deste trabalho.

falantes nativos comunicando-se uns com os outros na vida diária. An-tes de prosseguir, será útil ver por que este não tem sido o caso.

A ABORDAGEM SAUSSURIANA DA "LANGUE"

A orientação básica para a análise estrutural da língua tal como a maioria dos linguistas a empreendem hoje em dia parte do ponto de vista expresso por Ferdinand de Saussure no início do século XX. Os linguistas frequentemente começam as discussões teóricas se referindo ao conceito saussuriano de *langue*, que deve ser distinguida de *parole* ou "fala", por um lado, e de *langage* ou "linguagem", por outro. Segundo Saussure, *langue* "est la partie sociale du langage... elle n'existe qu'en vertu d'une sorte de contrat passé entre les membres de la communauté" ["é a parte social da linguagem... ela não existe fora de um tipo de contrato estabelecido entre os membros da comunidade"] (1962: 321). Por esta razão, a Escola de Genebra saussuriana é frequentemente mencionada como a escola "social" da linguística. Saussure concebia a linguística como uma parte de "une science qui étudie la vie des signes au sein de la vie sociale" ["uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social"]. No entanto, de modo bastante curioso, os linguistas que trabalham dentro da tradição saussuriana (e isso inclui a grande maioria) não levam em conta de modo nenhum a vida social: trabalham com um ou dois informantes em seus escritórios, ou examinam seu próprio conhecimento da *langue*. Além disso, insistem em que as explicações dos fatos linguísticos sejam derivadas de outros fatos linguísticos, não de quaisquer dados "externos" sobre o comportamento social².

Este desenvolvimento depende de um curioso paradoxo. Se todo indivíduo possui um conhecimento da estrutura da língua, se a *langue* é "un système grammatical existant virtuellement dans chaque cerveau" ["um

² Meillet, contemporâneo de Saussure, acreditava que o século XX assistiria o desenvolvimento da explicação histórica baseada no exame da mudança linguística encaixada na mudança social (1921). Mas discípulos de Saussure, como Martinet (1964b), repudiaram ativamente essa opinião e empreenderam esforços para que a explanação linguística ficasse confinada às inter-relações de fatores internos, estruturais. Assim procedendo, eles certamente seguiram o espírito da doutrina de Saussure, pois o estudo mais atento de seus escritos sugere que, para ele, "social" não significava muito mais do que "multidividual", sem nenhuma sugestão das implicações mais amplas da interação social.

sistema gramatical existente virtualmente em cada cérebro"] (p. 30), uma pessoa deveria ser capaz de obter os dados pelo testemunho de qualquer outra — inclusive de si mesma³. Por outro lado, dados sobre a *parole*, ou fala, só podem ser obtidos pelo exame do comportamento de indivíduos que estão usando a língua. Assim, temos o *paradoxo saussuriano*: o aspecto social da língua é estudado pela observação de qualquer indivíduo, mas o aspecto individual somente pela observação da língua em seu contexto social. A ciência da *parole* nunca se desenvolveu, mas a abordagem da ciência da *langue* tem tido muito sucesso desde a última metade do século XX.

O estudo dessa "língua" abstrata — o conhecimento disponível a qualquer falante nativo — recebeu novo ímpeto de Chomsky, que fortaleceu a dicotomia saussuriana ao opor a *competência*, ou o conhecimento abstrato das regras da língua, ao *desempenho*, ou seleção e execução destas regras (1965)⁴. Para Chomsky, a linguística é propriamente o estudo da competência, e ele deixa explícita a prática que decorre do paradoxo saussuriano: que o real objeto do estudo linguístico é uma comunidade de fala abstrata, homogênea, em que todo mundo fala igual e aprende a língua instantaneamente (1965: 3). Além disso, Chomsky insiste que o dado da linguística não é o enunciado do indivíduo a ser estudado, mas suas intuições acerca da língua — primordialmente, seus julgamentos so-

³ O próprio Saussure hesitava um pouco neste ponto, já que, depois da citação que acabamos de fazer, ele acrescenta: "Ou plus exactement dans les cerveaux d'un ensemble d'individus car la langue n'est complètement dans aucun, elle n'existe parfaitement que dans la masse" ("ou mais exatamente nos cérebros de um conjunto de indivíduos, pois a língua não está completamente em nenhum, ela só existe perfeitamente na massa"). Mas *virtuellement* se tornou equivalente a *para todos os propósitos práticos*. O próprio Saussure não se engajou em nenhum estudo sincrônico detalhado, mas os linguistas que assim fizeram descartaram completamente aquela reserva. Assim, Bloomfield apresenta uma análise estrutural do "inglês-padrão de Chicago", sem identificação posterior (1933: 90-92); supomos que ele está falando de seu próprio sistema, embora não tenha um nível de detalhe onde isso se tornaria um problema. Benjamin L. Whorf escreveu um artigo intitulado "The Phonetic Analysis of the English of Eastern Massachusetts" (1943), que era, novamente, um relato baseado em seu próprio modo de falar.

⁴ Embora Chomsky tenha criticado a concepção de Saussure como algo limitado (1964: 59-60), ele não vê diferença entre a dicotomia *langue/parole* saussuriana e sua própria terminologia *competência/desempenho*: "A gramática gerativa interiorizada por alguém que adquiriu a língua define o que em termos saussurianos poderíamos chamar de *langue*... É claro que a descrição da competência intrínseca oferecida pela gramática não deve ser confundida com uma descrição do desempenho real, como enfatizou Saussure com tanta lucidez" (1964: 52).

bre quais frases são gramaticais e quais não são — e também julgamentos sobre a relação entre as frases — que frases significam "o mesmo". É preciso construir teorias da linguagem para explicar essas intuições.

Este desenvolvimento teórico se baseia em duas suposições mais ou menos explícitas:

1. A estrutura linguística está intimamente associada à homogeneidade (Weinreich, Labov & Herzog 1968). Saussure diz que "l'andis que le langage est hétérogène, la langue ainsi délimitée est de nature homogène" ("enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea") (1962: 32)⁵. A visão geral, então, é a de que as teorias linguísticas podem ser plenamente desenvolvidas com base nesta parte do comportamento linguístico que é uniforme e homogêneo; embora a variação linguística possa ser importante de um ponto de vista prático ou aplicado, tais dados não são exigidos para a teoria linguística — e de fato serão mais bem entendidos quando a teoria da competência for plenamente desenvolvida.
2. Os falantes da língua têm acesso às suas intuições sobre a *langue* ou a competência, e podem falar sobre elas.

A linguística, portanto, tem sido definida de tal modo a excluir o estudo do comportamento social ou o estudo da fala. A definição tem sido conveniente para os formuladores, os quais, por inclinação pessoal, preferiram trabalhar com seu próprio conhecimento, com informantes individuais ou com materiais secundários. Mas também tem sido uma estratégia bem-sucedida em nossa abordagem da estrutura linguística. Não existe nenhuma razão *a priori* pela qual alguém *tenha* que entrar na comunidade de fala para buscar dados. O grande consumo de tempo e esforço necessários teria de ser justificado, e o sucesso da análise lingüís-

⁵ Num manual introdutório escrito por John Lyons, representando um ponto de vista de alguma forma independente da gramática gerativa, encontramos: "Quando dizemos que duas pessoas falam a mesma língua, estamos necessariamente fazendo abstração de todo tipo de diferença na fala delas... Para simplicidade de exposição, assumiremos que a língua que estamos descrevendo é uniforme (por 'uniforme' se entende 'dialetoalmente e estilisticamente' indiferenciada, ou seja, é claro, uma 'idealização' dos fatos...) e que todos os falantes nativos concordarão quanto a um enunciado ser ou não aceitável" (1968: 140-141). É preciso notar que o manual de Lyons é uma introdução à "linguística teórica" e que essa idealização não representa uma resposta a nenhum problema prático.

tica abstrata nas últimas cinco décadas simplesmente impossibilitou tal desenvolvimento. De fato, a limitação de nosso campo de investigação certamente foi útil no desenvolvimento da gramática gerativa — a elaboração de modelos abstratos baseados em nossos julgamentos intuitivos das frases. Não podemos nos permitir qualquer passo atrás: quem quer que deseje seguir adiante no estudo da língua certamente tem que ser capaz de trabalhar neste nível de abstração. Ao mesmo tempo, é difícil evitar a conclusão sensata de que o objeto da lingüística tem de ser, ao fim e ao cabo, o instrumento de comunicação usado pela comunidade de fala; e se não estivermos falando *de* esta língua, há qualquer coisa de trivial em nosso procedimento. Por diversas razões, este tipo de língua tem sido o objeto de interesse mais difícil para a lingüística. Algumas das razões desta dificuldade serão delineadas a seguir.

PROBLEMAS EM LIDAR COM A FALA

Apesar da orientação geral da área para o estudo da língua fora de seu contexto social, tem havido várias situações em que os lingüistas esperaram obter confirmação a partir do estudo da fala. Existem quatro dificuldades distintas que têm sido citadas e que têm tido profundos efeitos sobre a prática da lingüística.

1. *Agramaticalidade da fala*

Houve um tempo em que os lingüistas da escola bloomfieldiana de-claravam que os falantes nativos nunca cometiam erros. Mas o ponto de vista oposto prevalece hoje em dia: o de que a fala é cheia de formas agramaticais, já que as dificuldades de desempenho se colocam no caminho da plena manifestação da competência do falante⁶. Acredita-se em geral que um *corpus* extraído da língua falada não constitui boa evidência, já que conterá vários exemplos de frases malformadas: que os próprios falantes condenam e mudam quando sua atenção é chamada para elas.

⁶ Chomsky afirmou que o caráter "degenerado" da fala cotidiana que a criança ouve é um forte argumento de apoio à posição inatista: a criança deve ter uma teoria inata da língua, já que não poderia induzir regras a partir da fala agramatical que a circunda (1965: 58).

2. *Variação na fala e na comunidade de fala*

É comum que uma língua tenha diversas maneiras alternativas de dizer "a mesma" coisa. Algumas palavras como *carro* e *automóvel* parecem ter os mesmos referentes; outras têm duas pronúncias, como *canhando* e *canano*. Existem opções sintáticas como *Uma pessoa que eu confio muito* vs. *Uma pessoa em quem eu confio muito* ou *É fácil para ele falar* vs. *Para ele falar é fácil*. Em cada um destes casos, temos o problema de decidir o lugar desta variação na estrutura lingüística. A análise formal contemporânea nos oferece duas opções claras:

- (1) diz-se que as variantes pertencem a dois sistemas diferentes, e que a alternância é um exemplo de "mistura dialetal" ou "alternância de código" (*code-switching*);
- (2) diz-se que as variantes se encontram em "variação livre" dentro do mesmo sistema, e a seleção se encontra abaixo do nível da estrutura lingüística.

Ambas as abordagens colocam a variação fora do sistema que está sendo estudado. Existem, é claro, diversos casos aos quais cabe apropriadamente um ou outro desses rótulos. Mas para demonstrar que temos um verdadeiro caso de alternância de código, é necessário mostrar que o falante se move de um conjunto consistente de regras co-ocorrentes para outro; para demonstrar a "variação livre", é preciso mostrar que ele não se moveu de jeito nenhum. É raro que qualquer dessas alegações seja estabelecida empiricamente. Os casos, em sua maioria, não são facilmente descritos sob um desses rótulos; considere-se por exemplo um exemplo real de língua em uso⁷:

Ar' den like IF YOU MISS ONESIES, de OTHah person shoot to skely; ehe miss, den you go again. Ar' IF YOU GET IN, YOU SHOOT TO TWOSIES. Ar' IF YOU GET IN TWOSIES, YOU GO TO threesies. Ar' IF YOU MISS threesies, THEN THE PERSON THa' miss skelly shoot THE SKELLIES ar' shoot in THE ONESIES; ar' IF HE MISS, YOU GO f om threesies to foursies.

⁷ É costume dizer que essas expressões têm o mesmo significado, o que podemos definir rigorosamente como "tendo o mesmo valor de verdade". O resultado final de nossos estudos da variação sintática será atribuir um sentido ou significação a uma transformação, um tipo de carga funcional que podemos querer distinguir nitidamente do significado representacional.

⁸ Essa citação é de uma entrevista com "Boor", o porta-voz de um grupo de pré-adolescentes negros no centro-sul do Harlem, na cidade de Nova York (Labov *et al.* 1968).

[Então, se você perde primeiro, a outra pessoa atrin skelly; se ela perde, então você vai novamente. E se você ganha, você vai pela segunda vez. E se você ganha pela segunda vez, você vai para a terceira. E se você perde na terceira vez, então a pessoa que perdeu a vez atrin o skelly e volta a ser o primeiro. E se ela perde, você vai para a terceira ou a quarta vez.] [skelly é um antigo jogo de rua da cidade de Nova York]

Neste trecho, um menino negro de 12 anos está explicando o jogo de *skelly*. Podemos tratar suas variações como exemplos de alternância de código; cada vez que usa uma variante marcada, ele se move para o “sistema” que contém tal variante. As minúsculas indicariam, então, o “Inglês Vernacular Negro” [“*Black English Vernacular*” – BEV] e as maiúsculas, o “Inglês-padrão” [“*Standard English*” – SE]. Mas é um esforço que não convence: não existe nenhuma motivação óbvia para ele alternar 18 vezes durante essa breve passagem. Além disso, a grande maioria das formas são compartilhadas por ambos os sistemas e são atribuídas a um ou outro código pelos acidentes da seqüenciação. Na linha 2, *you go again* é atribuído ao BEV somente porque se segue a *den*, e *YOU GET IN* é atribuído ao, se somente porque se segue à forma marcada *IF*. Mas, por outro lado, podemos tratar a diferença entre *de* e *THE* como “variação livre”? Tal decisão não faria sentido nem para o falante nem para o analista, pois ambos sabem que *de* é uma forma estigmatizada. Sem nenhum modo claro de categorizar este comportamento, somos forçados a falar de “variantes estilísticas”, e assim estamos deixando de capturar relações que têm a ver com nossa noção de estrutura lingüística. Que é um estilo senão um subcódigo distinto, e quando é que temos dois deles? Normalmente pensamos na língua como um meio de traduzir significado em forma linear. Onde e como os significados estilísticos entram neste processo? Falamos da necessidade de comunicar significado como um fator controlador na evolução lingüística. Que tipo de controle, se algum há, é exercido pela necessidade de comunicar mensagens “estilísticas”?

Um problema ainda mais intrigante se levanta quando consideramos um fenômeno variável como a simplificação dos grupos consonantais no BEV — um processo que aparece na interseção da gramática e da fonologia. Uma palavra como *bold* (“ousado”) é frequentemente simplificada em *bol*, mas nem sempre. Também é o caso com *rolled* (“girado”). Imediatamente queremos saber se os grupos do tempo passado CVC: + D podem ser tratados da mesma maneira como formas CVC simples, sem

perigo de perder a informação de tempo passado. A investigação cuidadosa nos mostra que a distinção nunca se perde — as formas do tempo passado são simplificadas menos frequentemente por todos os falantes. Mas nossa teoria não tem nenhum modo de registrar este fato formalmente: tanto *bold* quanto *rolled* são abarcados pela mesma regra “opcional”, e nossas observações não têm *status* teórico nas regras da *langue*.

3. Dificuldades de ouvir e gravar

Gravações de fala observada em uso real são quase sempre de qualidade muito deficiente. Os foneticistas acústicos coletam seus dados em salas à prova de som, sob as melhores condições possíveis. No trabalho de campo, verificamos que ruídos na sala, barulho da rua e outras interferências reduzem a qualidade fonética de nossos dados. Se o informante for levado para ser gravado sob condições ideais, sua fala terá as propriedades da fala formal, direcionada, que tentamos evitar⁹. O problema fundamental é que a maioria dos sinais lingüísticos são apoiados por uma grande quantidade de sinais redundantes, e é raro que qualquer um deles transmita uma carga pesada de significado; não é essencial, para a mensagem global, que os ouvintes percebam todos os sinais. No entanto, para gravar este item na forma plena, o linguista gostaria de ouvi-lo do modo mais claro, *como se fosse* o único meio de assinalar a mensagem. Daí decorreria, portanto, que as formas direcionadas obtidas no laboratório oferecem a indicação mais clara do sistema subjacente.

4. A raridade das formas sintáticas

Os dados baseados naquilo que os falantes realmente dizem podem ser adequados para as formas fonológicas e sintáticas mais comuns. Para qualquer análise profunda do padrão sonoro de uma língua, será necessário elicitar palavras raras como *adz* [“enxó”: ferramenta de carpinteiro]

⁹ Essa situação é menos prejudicial para a análise fonológica do que para a pesquisa gramatical. Na fonologia, podemos esperar que as formas nitidamente acentuadas emergam do ruído de fundo. Mas diversas partículas gramaticais ficam reduzidas a consonantes mínimas ou mesmo a traços de tensão ou vozeamento, difíceis de ouvir a não ser nas melhores condições, e muitos são tão raros que não podemos nos dar ao luxo de deixá-los escapar.

(o único morfema do inglês que termina com um grupo de obstruintes sonoras). No estudo da sintaxe, a inadequação do *corpus* médio é ainda mais evidente. Qualquer tentativa de especificar regras sintáticas implica inevitavelmente formas que não podemos esperar ouvir numa investigação limitada. Por exemplo, uma análise do *got* passivo pode depender da possibilidade ou não de se dizer frases como "He got kicked out of the army by playing the trumpet" ("Ele foi expulso do exército por tocar trompete"), onde estamos buscando formas raras como X *got* Verbo + *ed* ... by Ø Verbo + *ing* - Z.

Essas dificuldades deixam clara a inoportunidade básica para alguém se concentrar na *langue* ou "competência" e excluir outros dados. Uma vez que se tem feito considerável progresso no estudo abstrato da *langue*, e dadas tais dificuldades de trabalho num contexto natural, não surpreende que a linguística tenha se afastado decididamente da comunidade de fala. Mas também existem desvantagens no estudo abstrato da língua. Algumas de suas limitações têm se tornado pensosamente conhecidas; as dificuldades de desenvolver a teoria linguística com essa base de dados limitada talvez sejam maiores do que as esboçadas acima para o estudo da comunidade de fala.

PROBLEMAS NO ESTUDO DAS INTUIÇÕES

Quando explicitou pela primeira vez sua proposta de que o objeto próprio da linguística deveria estar restrito aos julgamentos intuitivos dos falantes nativos, Chomsky esperava que a grande maioria destes julgamentos fossem claros (1957: 14). Esperava-se que os casos marginais, duvidosos na mente do teórico e/ou do falante nativo, fossem pouco numerosos e que seu *status* gramatical fosse decidido por regras formadas a partir dos casos claros. Tal expectativa não se concretizou, porque é difícil encontrar casos duvidosos que não tenham permanecido problemáticos para a teoria. Não é o número de casos duvidosos que está em jogo aqui: é sua localização em pontos cruciais em questões relevantes para a teoria gramatical. Pode-se ver exemplos desse problema em qualquer encontro de linguistas, onde uma comunicação após a outra clarificará dados importantes como aceitáveis ou inaceitáveis sem que se obtenha o consenso da platéia. Isso não se deve à negligência ou à inabilidade linguística da parte dos autores: em sua sincera intenção de explorar a

teoria linguística com base em suas intuições, eles inevitavelmente atingem um ponto em que os dados assumem tal forma. Nessas circunstâncias, os dois postulados de homogeneidade e acessibilidade da *langue* são seriamente questionados.

Quando seus dados são contestados num encontro de linguistas, o autor normalmente se defende afirmando que existem diversos "dialetos" e que o argumento sistemático que ele está apresentando funciona bem para o seu próprio "dialeto". Esse é um uso estranho do termo, e levanta a questão sobre qual pode ou deve ser o objeto da descrição linguística.

O OBJETO DA DESCRIÇÃO LINGÜÍSTICA: "DIALETO" E "IDIOLETO"

O uso do termo "dialeto" nas discussões sobre a variabilidade dos julgamentos é difícil de justificar. Não se oferece nenhuma prova das diferenças em dois conjuntos sistemáticos de regras usados por dois grupos de falantes; o que observamos são diferenças individuais de opinião sobre pontos isolados. Como veremos, os indivíduos não são de modo algum consistentes de um julgamento para o outro. Surge a questão: o que está sendo descrito? Na busca de um objeto homogêneo que se adapte às exigências e suposições do modelo saussuriano, os linguistas gradualmente restringiram seu foco a segmentos de língua cada vez menores. Assim, Bloch introduziu o termo "idioleto" para representar a fala de uma só pessoa falando sobre um mesmo assunto para a mesma pessoa por um período curto de tempo (1948). Embora esse termo tenha sido amplamente adotado, é duvidoso que alguém tenha encontrado, dentro de um "idioleto" assim, os dados homogêneos que Bloch esperava. Mas é preciso notar que a própria existência do conceito de "idioleto" como objeto próprio da descrição linguística representa uma derrota da noção saussuriana de *langue* como um objeto de entendimento social uniforme.

Esperava-se que, ao se concentrar nos julgamentos do falante nativo em vez de em sua fala real, boa parte dessa variação poderia ser contornada. De algum modo, essa expectativa se justificava: os membros de uma comunidade de fala compartilham, sim, um conjunto comum de padrões normativos, mesmo quando encontramos uma variação altamente estratificada na fala real (Labov 1966a: 4-35ss.). Mas essa uniformidade nos julgamentos intuitivos é característica somente de variáveis sociolinguísticas bem desenvolvidas, que têm recebido correção social

explícita. A maioria das regras linguísticas estão muito abaixo do nível da correção social e não têm normas sociais explícitas associadas a elas.

Numa versão anterior deste capítulo, narrei as dificuldades de reproduzir os dialetos sintáticos que Postal (1971) relatou quanto a fenômenos de cruzamento e restrições de pronominalização. Mais recentemente, começamos a explorar sistematicamente a consistência interna dos dialetos sintáticos "ídiolerais", ou seja, dialetos sintáticos estabelecidos com base em respostas intuitivas a frases isoladas aleatoriamente distribuídas entre pessoas sem qualquer diferenciação geográfica ou social.

Uma dessas áreas de variação sintática é a dos dialetos quantitativos pesquisados por Carden (1970). Carden é um dos poucos investigadores cuidadosos de dialetos sintáticos, enfatizando a importância de entrevistas individuais em vez de questionários de grupo, técnica controlada e verificação de confiabilidade por dado período de tempo. Seus dados básicos são as reações diferenciadas para as frases

- 1 All the boys didn't leave.
[*Todos os meninos não saíram*]
- 2 All the boys didn't leave until six.
[*Todos os meninos não saíram até as seis*]
- 3 All the boys didn't leave, did they?
[*Todos os meninos não saíram, saíram?*]

A interpretação de 1 como "Not all the boys left" ["nem todos os meninos saíram"] é considerada uma característica do dialeto NEG-Q e é consistente com o fato de se considerar 3 como aceitável e de 2 como inaceitável, tendo em vista que a negativa está então no predicado mais alto, provocando uma *tag question* positiva em 3, mas impedindo *until* ["até"] numa frase positiva de nível mais baixo em 2. A interpretação de 1 como "None of the boys left" ["nenhum dos meninos saiu"] é considerada uma característica do dialeto NEG-V e é consistente com o fato de 2 ser aceitável e 3, inaceitável, uma vez que a negativa então é o predicado mais baixo, dominado

* A tradução das frases tenta dar ao leitor uma idéia do seu conteúdo, e não corresponde necessariamente a construções naturais e/ou aceitáveis em português (n. da tradução)

** *Tag question*: pergunta usada depois de uma afirmação e que busca ou espera a confirmação dessa declaração. É o caso de "did they?" no caso 3 analisado aqui (n. da tradução).

por um predicado mais alto com o quantificador *all* ["todos"], isso permite *until* em 2, mas exige uma *tag question* negativa em 3.

Meu interesse na questão deriva da generalização do estudo da atração negativa do quantificador *any* ["qualquer"] (cf. seção 2, abaixo). Junto com Mark Baltin, desenvolvi vários instrumentos para abordar tais questões sobre dialetos quantitativos e contrastar essas intuições com o uso inconsciente das regras linguísticas envolvidas. Dez estudos diferentes foram realizados com amostras de 15 a 40 pessoas, usando várias técnicas para afinar os julgamentos intuitivos. As pessoas foram selecionadas nas classes média e operária, com amplo favorecimento da primeira, em testes empreendidos na Filadélfia, em Nova York, Providence e Kansas City. No geral, verificamos que três quartos ou mais de qualquer amostra dará respostas iniciais NEG-Q a 1, com uma pequena porcentagem de NEG-V e alguns falantes que davam respostas ambíguas. Para essa frase isolada, verificamos que somente cerca de um quarto das pessoas são consistente e definitivamente NEG-Q em repostas a 1-3, e recusam admitir possibilidades NEG-V e raramente encontramos respostas NEG-V consistentes. No entanto, não encontramos respostas consistentes ao padrão NEG-Q ou NEG-V. Num estudo com 17 informantes, testamos o tipo mais consistente de resposta: a preferência pela frase A sobre a frase B, por exemplo, 2 sobre 3. O primeiro par testado opunha 3 e 2. O segundo par foi

- 4 a. All the guys won't start work until the whistle blows.
[*Todos os caras não começaram a trabalhar até o apito tocar*]
 - b. All the guys haven't started work, have they?
[*Todos os caras não começaram a trabalhar, começaram?*]
- Também usamos dois pares que mostravam desambiguação semântica:

- 5 a. Since the plant's locked, all of them haven't started work yet.
[*Via que a fábrica está trancada, todos eles não começaram a trabalhar ainda.*]
- b. All the guys haven't started work yet; some are still on their lunch hour.
[*Todos os caras não começaram a trabalhar ainda; alguns ainda estão na hora do almoço.*]
- 6 a. All the guys don't like John; some of them can't stand him.
[*Todos os caras não gostam de John; alguns deles não conseguem suportá-lo.*]
- b. All the guys don't like John; none of them has anything good to say about him.

[Todos os caras não gostam de John; nenhum deles tem qualquer coisa de bom a dizer sobre ele.]

Se o falante, de fato, tem um dialeto NEG-Q, preferirá 3 a 2, 4b a 4a, 5b a 5a, e 6a a 6b. A frase 5a oferece o contexto que mais fortemente favorece a interpretação NEG-V.

Se os dialetos NEG-Q e NEG-V fossem característicos das gramáticas de nossos 17 sujeitos, teríamos obtido um número de respostas consistentes a esses quatro pares que seria maior do que o permitido pelo acaso. Mas só oito dos 17 deram respostas consistentes aos dois pares com desambiguação sintática; só nove dos 17 deram respostas consistentes aos dois pares com desambiguação semântica; e só três dos 17 deram respostas consistentes a ambos os casos. Além disso, só 1 desses 3 deu a *mesma* resposta consistente a ambos os conjuntos ou seja, foi consistentemente NEG-Q ou NEG-V de ponta a ponta.

Este resultado é consistente com outros dados que mostram que quase todas as pessoas responderão, de fato, NEG-Q ou NEG-V se controlarmos efetivamente o contexto. Ou seja, todos são ambíguos. Elaboramos um teste que olha "através" da gramática para ver estados de coisas extralingüísticos. Mostramos às pessoas pares de diagramas como as figuras 8.1a e 8.1b e perguntamos qual deles é designado pela frase

7. All the circles don't have dots in them.

[Todos os círculos não têm pontos neles.]

Diante deste problema, a maioria das pessoas mudou para interpretações NEG-V e escolheu a fig. 8.1b. Em nossa primeira abordagem, submetemos a fig. 8.1 antes de qualquer teste de frases, como 1 a 3, e obtivemos 100% de NEG-V. Quando apresentamos o diagrama depois dos testes de frases, a maioria ainda mudou de NEG-Q para NEG-V. Numa série recente, 39 de 58 pessoas responderam NEG-V aos diagramas e, destas, somente 17 foram levadas a ver NEG-Q como uma possibilidade alternativa. Além disso, conseguimos controlar essa resposta usando formas variadas da figura 8.1a com um dos oito círculos tendo pontos, sete dos oito, ou quatro dos oito. A tabela 8.1 mostra como as respostas mudam sistematicamente da situação mais favorável (1 dos 8) para a menos favorável (4 dos 8). Quando há somente um ponto como na figura 8.1a, a grande maioria vê apenas o sentido NEG-V de 7 referindo-se a 8.1b. Quando o pri-

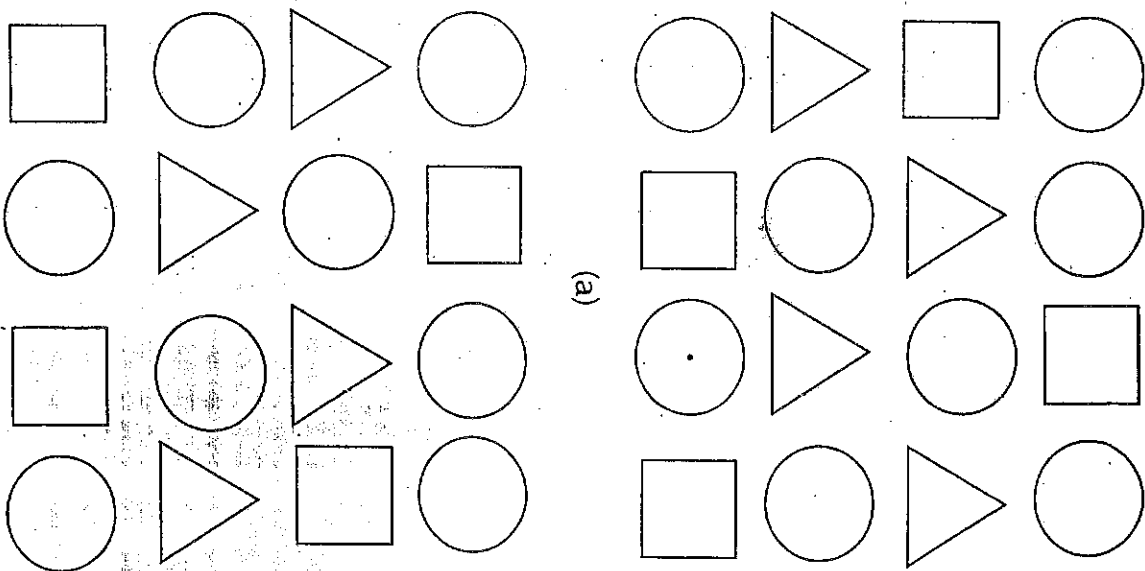


Figura 8.1 "All the circles don't have dots in them" *[Todos os círculos não têm pontos neles.]*

meio diagrama tem quatro círculos com pontos, quase metade das pessoas vêem interpretações tanto NEG-Q quanto NEG-V. Ademais, não existe correlação entre essas respostas e respostas a frases isoladas. A tabela 8.1 também mostra para cada teste a distribuição por resposta às frases 1-3. Neste teste como em outros, vemos que existem *mais* pessoas que alteram as respostas das frases para os diagramas do que as que mantêm uma posição consistente. A tabela 8.2 mostra uma inconsistência ainda mais dramática em outra série usando a frase-teste

8 Everybody doesn't know how to play bridge.
[*Todo mundo não sabe como jogar bridge.*]

TABELA 8.1
EFEITO DE FORMAS VARIANTES DA FIG. 8.1
SOBRE RESPOSTAS NEG-V E NEG-Q

Reação à fig. 8.1	Pontos por 8 círculos (na Fig. 8.1)				
	1/8	4/8	7/8		
só V	5	7	1	3	2
V > Q	1	-	1	1	1
V = Q	1	-	3	3	1
Q > V	-	-	1	-	3
só Q	-	-	1	-	-

frase NEG-Q = All the guys didn't leave, but some did. [Alguns caras não saíram, mas alguns saíram]
frase NEG-V = All the girls didn't arrive until eight, so the room was empty at seven thirty. [Todas as meninas não chegaram antes das oito, de modo que o quarto ficou vazio até as sete e meia]
* Preferência das pessoas por frases NEG-Q ou NEG-V.

TABELA 8.2
RESPOSTAS NEG-Q E NEG-V INCONSISTENTES AOS DIAGRAMAS E FRASES

	Diagrama			
só Q	-	1	3	4
Q > V	-	-	-	-
V > Q	1	-	-	-
só V	4	3	1	1

Interpretações da frase 8 fora do contexto favorecem NEG-Q mais fortemente do que a frase 7. Na tabela 8.2, vemos que somente 3 das 19 pessoas foram consistentes entre respostas de frases e diagramas — um resultado que reproduz de perto o padrão de consistência interna para as frases 2-6 observado acima. Podemos obter uma reação ainda mais fortemente NEG-V acrescentando um modificador restritivo a 1, produzindo

9 All of us here don't play bridge.
[*Todos nós aqui não jogamos bridge.*]

O quantificador *all* ["todos"] é visto agora pela grande maioria dos falantes como se aplicando à quantidade *we who are here* ["nós que estamos aqui"], e isso é interpretado como "None of us here plays bridge" ["Nenhum de nós aqui joga bridge"]. Em teste após teste, 90 a 95% das pessoas selecionam interpretações NEG-V para 9, e a grande maioria não aceita leituras NEG-Q.

Para ilustrar a força dessa mudança na construção, observamos que num teste recente, 21 de 26 pessoas deram uma resposta NEG-Q a 1. Quando a frase 1 foi seguida imediatamente pela frase 9, a maioria mudou para NEG-V e só onze se mantiveram em NEG-Q.

Essas respostas indicam que o contexto elicitador pode ser controlado para produzir à vontade "dialetos" NEG-Q e NEG-V. Comprovação ainda mais convincente pode ser obtida pela observação do uso da língua na vida cotidiana. Quando apresentei pela primeira vez a figura 8.1 à minha família, houve um debate acalorado. Minha mulher deu respostas NEG-Q peremptórias; depois de meia hora de debate entre ela e nossos filhos, ela ainda sustentava que a interpretação NEG-V era tão remota que não podia ser levada a sério. Na manhã seguinte, enquanto eu ainda estava deitado na cama, ouvi minha mulher chamar nosso filho do corredor:

10 Simon, get up! Everybody's not helping!
[*Simon, levante! Todo mundo não está ajudando!*]

Os "dialetos quantificadores" têm desempenhado um papel importante na teoria linguística recente. Recorreu-se a diferenças dialetais para explicar as interpretações das frases 11a e 11b.

11 a. Half of the people in this room speak two languages.
[*Metade das pessoas nesta sala fala duas línguas.*]

b. Two languages are spoken by half of the people in this room.
[Duas línguas são faladas por metade das pessoas nesta sala.]

Essas frases incidem diretamente sobre o problema de as transformações preservarem ou não o sentido referencial. Um linguísta, ao descobrir que outros discordam dele sobre se 11a significa ou não o mesmo que 11b, defenderá sua própria reação como "meu dialeto", e afirmará que a teoria deve explicar pelo menos os "fatos" do dialeto dele.

Grinder & Postal (1971) desenvolveram alguns argumentos importantes sobre identidade de sentido de anáforas, os quais, espervavam eles, resolveriam o conflito entre semântica gerativa e teoria interpretativa. A maioria dos tipos de frases propostos produziram uma reação mista; os que favoreceram a semântica gerativa normalmente vêem os dados como os autores os vêem, rejeitando frases como

12 *Max wasn't imprisoned but Joe was imprisoned and he is still there.

[Max não estava preso, mas Joe estava preso e ainda está lá.]

13 *Max is off his rocker and so is his mother.

[Max está privado e sua mãe também.]

Mas aqueles que não favoreceram tal posição não rejeitam em geral 12 e 13. Em sua conclusão, Grinder & Postal entram em conflito direto com Chomsky na interpretação de frases como

14 John hasn't been here for a month, but Bill has.

[John não tem vindo aqui faz um mês, mas Bill tem.]

A questão aqui é que a semântica gerativa expandirá a elipse numa forma subjacente

14' John hasn't been here for a month, but Bill has been here for a month.

[John não tem vindo aqui faz um mês, mas Bill tem vindo aqui faz um mês.]

Isso permite apenas uma interpretação durativa; assim, a semântica gerativa exclui uma interpretação pontual para 14. Mas Chomsky permite uma leitura pontual por meio de uma regra interpretativa, já que ele não deriva 14 de uma estrutura profunda que comporte 14'. Postal & Grinder chamam o argumento de Chomsky de "enganador e distorcido" porque 9 entre 10 pessoas que interrogaram concordaram com eles. Um estudante da Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA), me escreveu que a grande maioria dos estudantes de lingüística de lá

concordavam com as intuições de Chomsky. Não se deve esquecer que o departamento de lingüística da UCLA favorece a teoria interpretativa. Postal & Grinder argumentam que a melhor teoria é aquela que pode dar conta dos fatos de variação dialetal, mas esses dialetos parecem ser artefatos de uma postura teórica. À medida que os linguístas se envolvem mais e mais profundamente nessas questões teóricas, maior a chance de suas intuições se distanciarem cada vez mais das das pessoas comuns e da realidade da língua usada na vida cotidiana¹⁰. Voltamos à mesma conclusão penosa e óbvia (óbvia ao menos para os de fora da lingüística): os linguístas não podem continuar a produzir ao mesmo tempo dados e teoria.

Novamente, temos de nos render à dificuldade e à sutileza das questões levantadas. É claro que precisamos desenvolver mais as técnicas de investigação. No entanto, nada prova que se possa obter julgamentos consistentes e homogêneos dos falantes nativos sobre tais questões fundamentais. A variação nos julgamentos sintáticos pode ser estudada com proveito, e as séries implicacionais dentro deles podem ser analisadas para se decidir a forma das regras (Elliot, Lagum & Thomson 1969). Mas já ficou evidente que a busca pela homogeneidade em julgamentos intuitivos leva ao fracasso. Quando se aceitar isso, desaparecerá a motivação mais forte para confinar a análise lingüística a tais julgamentos. De diversas maneiras, a intuição é menos regular e mais difícil de interpretar do que a fala. Se quisermos fazer bom uso das declarações dos falantes sobre a língua, temos que interpretar-las à luz de produções inconscientes, sem reflexão. Sem esse controle, lidamos com dados realmente muito duvidosos — sem nenhuma relação clara com o processo comunicativo que reconhecemos ser a própria língua.

¹⁰ O divórcio entre as intuições dos linguístas e o entendimento geral ficou indicado numa pesquisa recente, não publicada, de N. Spencer na Universidade Estadual da Pensilvânia. Ela selecionou 150 frases de artigos gerativistas de alguma importância para a teoria gerativa, assinadas por Perlmutter, C. Smith, Postal, Ross, Rosenbaum e R. Lakoff. Elas foram submetidas aos julgamentos de aceitabilidade de 60 pessoas: 20 estudantes graduados em lingüística, 20 estudantes graduados em outras áreas e 20 pessoas de fora da universidade. Houve um considerável desacordo com o julgamento original: em 44 dos 150 casos, os autores dos artigos não conseguiram que a maioria das pessoas concordasse com eles, fossem os juízes leigos ou não. Mas quando houve desacordo entre os juízes, os graduados não-linguístas regularmente se colocavam ao lado dos leigos e os estudantes de lingüística eram deixados sozinhos.

PROBLEMAS NA RELAÇÃO ENTRE DADOS E TEORIA

Os procedimentos da gramática gerativa, operando com intuições sobre a língua, têm nos permitido elaborar modelos refinados e perspectivas da estrutura linguística. Trouxemos à tona uma grande quantidade de problemas que nunca antes tinham sido tocados ou discutidos. Já se tornou lugar-comum afirmar que a gramática gerativa é o melhor procedimento de descoberta que temos. O estudo dos julgamentos intuitivos chama nossa atenção para as importantes relações entre frases e as estruturas mais profundas que subjazem a elas. Mas, como teoria da língua, essa abordagem tem um defeito sério, já que não nos oferece nenhum meio de verificar se nosso modelo está certo ou errado. Originalmente, a gramática gerativa foi construída para produzir todas as frases aceitáveis da língua e nenhuma das inaceitáveis. Mas se agora compararmos o modelo com aquilo que as pessoas falam, não podemos tirar nenhuma conclusão definitiva sobre se o modelo consegue ou não se adequar aos dados:

1. Se alguém usa uma estrutura oracional que não é gerada pela gramática, não há nada que nos impeça de colocá-la de lado como um equívoco ou uma diferença dialetal.
2. Se ninguém jamais usa uma estrutura oracional prevista pela gramática, esse fato pode ser desconsiderado, porque as formas sintáticas mais complexas são sabidamente muito raras — simplesmente não houve ocasião para que emergissem.

Essa segunda situação pode ser extremamente embaraçosa quando as formas sintáticas em questão se acham bem no centro do argumento teórico. O argumento original de Chomsky contra as gramáticas de estados finitos (1957) dependia da existência de estruturas autoencalhadas na língua natural. Todo mundo parece aceitar construções do tipo

15 The man (that) the girl (that) I used to go with married just got drafted.
[O cara com quem a garota com quem eu costumava sair se casou acaba de se alistar].

como gramaticais (na competência) embora um tanto difíceis de interpretar (no desempenho). Mas depois que Peter Reich contestou o *status* gramatical desse padrão e reafirmou a finitude da língua natural (1969), é inútil procurar comprovações empíricas do uso dessas formas dupla-

mente encaixadas¹¹. Nas entrevistas e conversas que gravamos, não aparece nenhum exemplo de tais formas na fala irrefletida e espontânea. Os estudos atuais com técnicas sociolingüísticas para enriquecimento dos dados sugerem que é possível estabelecer a gramaticabilidade de 15, mas enquanto não tivermos fortes comprovações de seu uso ou de sua compreensão na conversa natural, o argumento básico para a estrutura oracional hierarquizada não apresentará fundamentação sólida.

Os problemas que nós, lingüistas, enfrentamos ao lidar diretamente com os dados da língua não são exclusivos da nossa disciplina. É um problema geral em todas as ciências sociais. Garfinkel (1967) demonstrou que existe em todo campo de pesquisa uma lacuna inevitável entre os dados brutos, tal como ocorrem, e os protocolos que registram tais dados como matéria-prima para a elaboração teórica. Na literatura sociolingüística citada, encontramos diversos tipos de dados usados para fornecer informações sobre a língua no uso real: censos; questionários; excertos de peças teatrais e romances; testes psicológicos; relatórios etnográficos de normas comunitárias. Por mais que esses estudos sejam perspicazes e produtivos, nem por isso eles nos permitem chegar mais perto dos dados fundamentais da língua em uso. Há muitas questões abertas que simplesmente não conseguimos responder. Qual é a relação entre o estereótipo criado pelo romancista e o comportamento lingüístico das pessoas em questão? Qual é a conexão entre testes de associação de palavras e a semântica da língua natural? Como descobrir quando um falante usa *tu*, se tudo o que temos é seu depoimento pessoal? Ou como saber quando ele fala francês somente perguntando-lhe isso diretamente? Qual a relação entre as normas que o antropólogo relata e a prática dos membros na conformação a essas normas? Existem diversos atos de percepção, recordação, seleção, interpretação e tradução que se inserem um entre os dados e o relatório do lingüista, e quase todos eles estão implícitos em seu trabalho. Como destacou Garfinkel, todo procedimento de codificação e transcrição que transforma os dados exibirá um resíduo irreduzível de operações derivadas do senso comum, e que não pode ser sintetizado em regras. Para lidar com a língua, temos de olhar para os da-

¹¹ Uma gramática de estado finito pode gerar encaixes simples como "The girl I used to go with just got married" ("A garota com quem eu costumava sair acaba de se casar"). O problema só aparece quando a gramática tem que ser capaz de "lembrar" que tem dois sujeitos armazenados para os quais ela deve produzir predicados.

dos da fala cotidiana o mais perto e diretamente possível, e caracterizar seu relacionamento com as teorias gramaticais do modo mais acurado que pudermos, corrigindo e adequando a teoria para que ela se ajuste ao objeto visado. Podemos, assim, reexaminar os métodos que temos empregado, numa investigação que fará crescer enormemente nosso entendimento do objeto que estamos estudando.

O ESTUDO DIRETO DOS DADOS LINGÜÍSTICOS

A crítica feita acima aos métodos lingüísticos convencionais não deve ser tomada como uma sugestão para que eles sejam abandonados. A elicitación formal de paradigmas, o exame dos julgamentos intuitivos, o estudo de textos literários, a experimentación em laboratório, os questionários sobre uso lingüístico — são todos modos de investigação importantes e valiosos. Os dois primeiros procedimentos têm de ser diminuídos por qualquer um que deseje empreender uma análise lingüística significativa. As técnicas a serem discutidas abaixo para a observación direta da língua em uso pressupõem que as grandes linhas da gramática já foram traçadas, que as principais possibilidades são conhecidas. Assim, a transcrição fonética de uma língua desconhecida (ou mesmo de palavras desconhecidas) está bem além de nossa capacidade. O ouvido é um instrumento muito pobre para julgar a qualidade absoluta de sons isolados. Mas uma vez obtido um conhecimento da sintaxe e dos morfemas, o ouvido se torna um excelente instrumento para julgar quais dentre diversas possibilidades estão sendo realizadas¹². Em sintaxe, nos- sas primeiras análises de dada forma são relativamente superficiais; mas quando se nota diversas relações com outras estruturas frasais, começa a aparecer um campo rico de estruturas subjacentes possíveis. Há aqui um segundo *paradiso cumulativo*: quanto mais se conhece uma língua, mais se pode descobrir sobre ela.

As limitações impostas por Chomsky aos dados de *input* o levariam à convicção de que a *teoria é não-determinada pelos dados* (1966), isto é, sempre haverá muitas análises possíveis para cada conjunto de dados, e

¹² Nosso próprio trabalho em traçar mudanças sonoras em progresso por meio de medições espectrográficas confirma a notável precisão da fonética impressionística usada para comparar dois sons. Cf. capítulos 1 e 2.

serão necessárias medidas de avaliação internas para escolher entre elas. Assumimos a posição contrária. Por meio do estudo direto da língua em seu contexto social, o montante de dados disponíveis se expande enormemente e nos oferece formas e meios de decidir qual das várias análises possíveis está correta. Em nossas operações preliminares sobre os dados iniciais, considerações de simplicidade sempre terão lugar; mas encontrada a correta linha de ataque¹³, é possível provar se a hipótese simples inicial é a correta. Os estudos de co-variação e mudança em progresso discutidos a seguir oferecem sustentação considerável a este postulado.

SOLUÇÃO DE PROBLEMAS NO ESTUDO DA LÍNGUA COTIDIANA

Entre as motivações alegadas para se restringir os dados lingüísticos a intuições estão as dificuldades de operar com a fala cotidiana. Felizmente para nossos estudos, muitos desses problemas se revelaram ilusórios, quando não exagerados:

1. *A agramaticalidade da fala cotidiana* parece ser um mito sem nenhum fundamento na realidade. Nos vários estudos empíricos que conduzimos, a grande maioria dos enunciados — cerca de 75% — eram frases bem formadas sob qualquer critério. Quando se aplicam regras de elipse, e certas regras universais de editoração para lidar com gaguejos e falsos inícios, a proporção de frases realmente agramaticais e malformadas cai para menos de 2% (Labov 1966b). Quando sujeitos não-acadêmicos estão falando de assuntos que conhecem bem — narrativas de experiência pessoal —, a proporção de frases que precisam de alguma editoração para serem bem-formadas cai para cerca de 10%. Tenho recebido confirmações dessa visão geral da parte de diversos outros lingüistas que têm trabalha-

¹³ A descoberta da estrutura do DNA por Watson é um dos casos mais notáveis do papel da simplicidade na pesquisa científica. Watson estava convencido de que a solução tinha de ser simples, e essa convicção motivou suas tentativas persistentes na construção do modelo (1969). Mas a simplicidade apenas sugeria a melhor abordagem: a validade de seu modelo foi estabelecida pela convergência de várias medições quantitativas. Hamner & Presswood (1965) citam outro caso na teoria das interações frasais em que considerações de simplicidade levaram a uma nova abordagem teórica; mas, de novo, como em todos os demais casos que conheço, a aceitação da teoria como correta dependeu de novos dados quantitativos.

do com a conversação espontânea. O mito da agramaticidade da língua falada parece ter duas fontes: dados obtidos de transcrições de conferências acadêmicas, onde falantes altamente instruídos tentam expressar idéias complexas pela primeira vez; e a tendência habitual a aceitar idéias que se encaixam em nosso quadro de referências, sem observar os dados que nos circundam.

2. A existência de *variação e de estruturas heterogêneas* nas comunidades de fala investigadas está certamente bem fundamentada nos fatos. É a existência de qualquer outro tipo de comunidade de fala que deve ser posta em dúvida. Há um certo mito popular profundamente arraigado entre os linguistas de que, antes deles mesmos entrarem em cena, existia um grupo homogêneo, de estilo único, que realmente "falava a língua". Cada pesquisador acredita que sua própria comunidade foi de algum jeito desviada daquele modelo normal — pelo contato com outras línguas, pelos efeitos da educação e da pressão da língua-padrão, pelos tabus ou pela mistura de dialetos especializados ou jargões. Mas nos últimos anos fomos obrigados a reconhecer que essa é que é a situação *normal* — a heterogeneidade não é apenas comum, ela é o resultado natural de fatores lingüísticos fundamentais. Argumentamos que a ausência de alternância estilística e de sistemas comunicativos multistratificados é que seria disfuncional (Weinreich, Labov & Herzog 1968: 101). Tão logo eliminarmos a suposta associação entre estrutura e homogeneidade, estaremos livres para desenvolver os instrumentos formais necessários para lidar com a variação inerente dentro da comunidade de fala. Aqui, também, nos consideramos felizardos pelo fato dessa variação não ser de modo algum obscura: ela não exige a análise estatística de centenas de registros de falantes, como os linguistas tradicionalmente temiam (Hockett 1953: 444). Pelo contrário, verificamos que os padrões básicos de estratificação por classes, por exemplo, emergem de amostras com apenas 25 falantes¹⁴. Como vimos no capítulo 2, esquemas regulares de estratificação social e

¹⁴ Essa conclusão se apóia amplamente em Labov 1966a e Labov *et al.* 1968, mas de forma mais notável em Shuy, Wolfman & Riley 1967. De uma enorme amostra de mais de 700 entrevistados, 25 foram selecionadas para a análise, e padrões extremamente regulares de estratificação social emergem de variáveis lingüísticas. Cf. também Kučera 1961: 97-98, em que 19 pessoas são estratificadas em pelo menos quatro classes.

estilística aparecem mesmo quando nossas células individuais contém somente cinco falantes e temos não mais do que cinco ou dez ocorrências de dada variável para cada falante. Com esses dados regulares e reproduzíveis, estamos aptos a especificar o que queremos dizer com significado "estilístico" ou "social", fato que parece então elusivo quando se estuda a língua fora de contexto.

3. *O problema de gravar a fala em ambientes naturais* é uma questão técnica. O desenvolvimento de gravadores profissionais a pilha tornou possível obter excelentes resultados em campo. Com um bom microfone, um pesquisador de campo pode conseguir ótimas gravações sob condições barulhentas ao encurtar a distância entre a boca do informante e o microfone¹⁵. Em geral, pode se dizer que o verdadeiro problema reside primordialmente no fato dos lingüistas não terem se valido da invenção do gravador de fita magnética na Alemanha nos anos 1930. Não existe tradição, na lingüística, de resolver problemas técnicos ou experimentais, de avaliar desenvolvimentos tecnológicos e reagir a eles. Do contrário, a natureza das investigações lingüísticas já teria se transformado 30 anos atrás.
4. O quarto problema a resolver é a *raridade das formas gramaticais cruciais* necessárias para a composição dos dados. Não existe solução imediata à vista, mas alguma direção já se começa a vislumbrar. Um entendimento mais profundo da função comunicativa das formas gramaticais nos permitirá enriquecer os dados da conversação espontânea. O modo de operação ideal é o lingüista se engajar numa conversa normal com o informante e ser capaz de elicitar o uso natural de dada forma sem usá-la ele mesmo. Obviamente, existe aqui um *feedback* entre análise abstrata e métodos de campo: a habilidade de controlar a produção de uma dada forma confirma nossa análise e fornece dados contextuais sobre seu uso. Temos tido algum sucesso com esse método na elicitación e no controle de itens como a passiva e o pretérito perfeito do inglês. Ao final, teremos condições de afirmar que um falante não tem dada forma em seu sistema por causa da ausência consistente de uso dessa forma num contexto onde outros membros da comunidade a usam regularmente.

¹⁵ Cf. seção 1 abaixo para algumas dificuldades consequentes desse avanço.

FONTES PARA O ESTUDO DA LÍNGUA EM SEU CONTEXTO SOCIAL

Já existem muitos trabalhos empíricos publicados que demonstram de modo convincente que o estudo direto da língua é um procedimento prático e produtivo. A investigação que se discutirá neste capítulo e no próximo é relativamente recente: o trabalho de dez pesquisadores ou grupos de pesquisadores que usam, como dados primários, gravações da língua em seu contexto social natural. Os dois primeiros são breves estudos derivados de outro tipo de pesquisa; os demais são empreendimentos de larga escala, especificamente elaborados para o estudo da comunidade de fala:

1. O breve estudo de John L. Fischer sobre o sufixo *-ing* usado por crianças de uma comunidade da Nova Inglaterra (1958).
2. As observações de Henry Kučera sobre o uso de variáveis do tcheco comum e do tcheco literário na fala de 19 exilados que trabalham em estações de rádio francesas (1961).
3. As investigações de John Gumperz sobre estratificação dialetal e alternância de código em Khalapur (Índia) e Hernnes (Noruega) (1964, 1967), e seu estudo sobre o bilingüismo marathi-kannada em Kupwar (Índia) (1969) [Gumperz *et al.* 1971].
4. O relato de Lewis Levine e Harry Crockett sobre o uso do *r* pós-vocalico em seu estudo sociolingüístico de Hillsboro (Carolina do Norte) (1966); o estudo de Frank Anshen sobre quatro variáveis fonológicas na população negra daquela cidade (1969).
5. Investigações sobre o bilingüismo espanhol-inglês na comunidade porto-riquenha de Nova York e de Jersey City, por Joshua Fishman, John Gumperz e Roxana Ma (Fishman *et al.* 1968) e particularmente o estudo de Ma e Herasimchuk sobre as variáveis do espanhol e do inglês.
6. O estudo de Roger Shuy, Walt Wolfram e Ralph Fasold sobre a estratificação social de variáveis fonológicas e gramaticais no inglês de Detroit (Shuy, Wolfram & Riley 1967) e a análise de Wolfram da fala dos negros dentro desse estudo (1969).
7. As investigações sociolingüísticas do francês de Montreal por Gillian Sankoff, Henrietta Cedergren e colaboradores (Sankoff & Cedergren 1971; Sankoff, Sarrasin & Cedergren 1971; Sankoff 1972).
8. A investigação da estratificação social do inglês em Norwich (Inglaterra) por Peter Trudgill (1971).

9. O estudo do espanhol da Cidade do Panamá por Henrietta Cedergren (1970).
10. Meu próprio estudo da centralização em Martha's Vineyard (capítulo 1); da estratificação do inglês na cidade de Nova York (capítulos 3 a 6); e com Paul Cohen, Clarence Robins e John Lewis, da estrutura e o do uso do inglês vernáculo negro (Labov 1972a; Labov *et al.* 1968)*.

Além disso, recorei a estudos sobre atitudes sociais para com línguas e dialetos feitos por Lambert e colaboradores (1967). Embora se baseiem totalmente em testes de reação, são adequados e ajudam a explicar os outros dados acima citados. Também existem estudos menos amplos empreendidos por estudantes, e estudos mais amplos agora em andamento, que colaboram na nossa compreensão dos princípios envolvidos.

Podemos entender melhor o valor dessa investigação empírica se a aplicarmos ao tipo específico de problemas teóricos da estrutura lingüística que preocupam todos os lingüistas. O estudo da língua em seu contexto social abrange a mesma gama de problemas lingüísticos de outras abordagens da teoria lingüística. Podemos destacar cinco questões gerais:

1. Qual é a forma da regra lingüística? E que restrições podem incidir sobre ela?
2. Quais são as formas subjacentes sobre as quais as regras operam, e como podem ser precisamente determinadas em cada caso?
3. Como as regras se combinam em sistemas? E como estão ordenadas dentro desses sistemas?
4. Como os sistemas se inter-relacionam em situações bilingües e polysistêmicas?

* Na segunda edição de *The Social Stratification of English in New York City* (2006), Labov incorpora sugestões de colegas da área em 30 páginas e apresenta um novo capítulo ao final, em que faz uma síntese das principais pesquisas sociolingüísticas realizadas no mundo, entre as quais se encontram referências ao trabalho pioneiro de Lemle & Naro (1977) e aos trabalhos do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) na cidade do Rio de Janeiro (Oliveira & Silva & Scherre, 1996; Patra & Duarte, 2003), de Ibra (1982), de Tarrallo (1983) e de Oliveira (1983). Além disso, faz referência ao NWAY (New Ways of Analyzing Variation) — principal evento anual dos variationistas —, iniciado em 1971, e à principal revista devotada à análise quantitativa — *Language Variation and Change*. Registramos, ainda, a publicação de *The Handbook of Language Variation and Change* (2002/2004), pela Blackwell, que traz uma ampla visão do desenvolvimento da sociolingüística (tr. da tradução).

5. Como as regras e os sistemas de regras mudam? Qual é o mecanismo dos processos fundamentais de aquisição da língua? Como mudam as regras no curso da evolução lingüística?

A seção 1 apresentará métodos para a coleta de dados confiáveis dentro da comunidade de fala. A seção 2 tratará dos métodos usados para analisar tais dados e mostrará o tipo de soluções possíveis para problemas lingüísticos internos. A seção 3 abordará as estruturas sociolingüísticas mais amplas e a interação de fatores sociais e lingüísticos. A análise teórica e a abordagem formal são originalmente minhas, baseadas em grande medida nos estudos listados em 10 acima, mas é de fato impressionante a convergência de resultados e princípios neste campo. Mais recentemente, foram feitas importantes modificações na formulação de regras variáveis, as quais estão refletidas na versão apresentada nas páginas a seguir. Cedergren & D. Sankoff (1972) quantificaram as restrições variáveis como probabilidades subjacentes e, assim, levaram toda a discussão a um patamar mais alto de explicabilidade.

Em todas estas discussões, usaremos os fatos de variação inerente para resolver questões abstratas que, de outro modo, permaneceriam não resolvidas, como possibilidades controversas. O objeto aqui não é necessariamente prover à lingüística uma nova teoria da língua, mas, antes, um novo método de trabalho.

1. METODOLOGIA

Em todo empreendimento acadêmico que lide com pesquisa na comunidade de fala, existe sempre muito interesse quanto aos primeiros passos a dar. A pergunta: "O que você diz às pessoas?" não é trivial. Os passos elementares de localizar e contactar informantes e levá-los a falar livremente numa entrevista gravada são problemas difíceis para os estudantes. É um erro ignorar essas questões, pois nas práticas e técnicas que têm sido elaboradas estão contidos vários princípios importantes do comportamento lingüístico e social. O exame minucioso dessas hipóteses e descobertas metodológicas nos dirá muita coisa sobre a natureza do discurso e as funções da linguagem.

A questão sociolingüística fundamental é suscitada pela necessidade de entender por que alguém diz alguma coisa. Há questões metodo-

lógicas de amostragem e gravação que simplesmente põem em cena os problemas básicos. Observou-se acima que bons dados exigem boa gravação, especialmente para a análise gramatical da fala natural. Uma vez definidas e isoladas as variáveis importantes, muito se pode fazer com anotações manuscritas. Mas nossa abordagem inicial da comunidade de fala é governada pela necessidade de obter grandes volumes de fala natural bem gravada.

Podemos isolar cinco axiomas metodológicos que emergiram dos resultados dos projetos de pesquisa de campo citados acima e que levam a um paradoxo metodológico. A solução para esse paradoxo é o problema metodológico central.

1. *Alternância de estilo.* Tanto quanto podemos ver, não existe falante de estilo único. Alguns informantes exibem um espectro de alternância estilística mais amplo que outros, mas todo falante que encontramos exhibe alternância de algumas variáveis lingüísticas à medida que mudam o contexto social e o tópico (capítulo 3). Algumas dessas alternâncias podem ser detectadas qualitativamente nas pequenas autocorrekções do falante, que vão quase sempre numa mesma direção.
2. *Atenção.* Existem mais estilos e dimensões estilísticas do que um analista pode isolar. Mas descobrimos que *os estilos podem ser destacados ao longo de uma única dimensão, medida pelo grau de atenção prestada à fala.* O modo mais importante pelo qual se exerce essa atenção é o audiomonitoramento da própria fala, embora outras formas de monitoramento também possam ocorrer¹⁶. Este axioma (na realidade, uma hipótese) recebe forte apoio do fato de que os falantes exibem o mesmo nível de atenção para diversas variáveis lingüísticas importantes na fala casual — quando estão menos envolvidos — e na fala excitada — quando estão profundamente envolvidos pela emoção. O fator comum para ambos os estilos é que há pouca atenção para a monitoração da própria fala.
3. *Vernáculo.* Nem todos os estilos ou pontos do *continuum* estilístico são de igual interesse para os lingüistas. Alguns estilos exibem padrões fonológicos e gramaticais irregulares, com um grande volume de "hipercorreção". Em outros estilos, encontramos a fala mais sis-

¹⁶ Cf. os experimentos de Mahl com ruído branco no capítulo 3.

temática, onde as relações fundamentais que determinam o curso da evolução linguística podem ser vistas mais claramente. Este é o "vernáculo" — o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala. A observação do vernáculo nos oferece os dados mais sistemáticos para a análise da estrutura linguística.

4. *Formalidade: Qualquer observação sistemática de um falante define um contexto formal em que ele confere à fala mais do que o mínimo de atenção.* No corpo principal de uma entrevista, onde se pede e se dá informação, não se deve esperar encontrar o vernáculo em uso. Por mais que o falante nos pareça informal ou à vontade, podemos sempre supor que ele tem uma fala mais informal, outro estilo no qual se diverte com os amigos e discute com a mulher.

5. *Bons dados.* Não importa que outros métodos possam ser usados para obter amostras da fala (sessões em grupo, observação anônima), a única maneira de obter bons dados de fala em quantidade suficiente é mediante a entrevista individual, gravada, ou seja, por meio do tipo mais óbvio de observação sistemática.¹⁷

Com isso chegamos ao *paradoxo do observador*: o objetivo da pesquisa linguística na comunidade deve ser descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas — no entanto, só podemos obter tais dados por meio da observação sistemática. O problema, evidentemente, não é insolúvel: ou achamos maneiras de suplementar as entrevistas formais com outros dados, ou mudamos a estrutura da situação de entrevista de um jeito ou de outro. Dos vários projetos de pesquisa mencionados acima, nem todos conseguiram superar este paradoxo. Muitos pesquisadores concluíram seu trabalho obtendo apenas uma gama limitada de dados estilísticos, concentrados nos extremos mais formais do *continuum*. O estudo sistemático do vernáculo foi realizado primordialmente no trabalho de Gumperz, em nosso próprio trabalho em Nova York e nas áreas de gueto urbano, e no projeto de Fishman-Gumperz-Ma em Jersey City.

Uma maneira de superar o paradoxo é romper os constrangimentos da situação de entrevista com vários procedimentos que desviam a atenção do falante e permitiam que o vernáculo emerja. Isso pode ser

feito em vários intervalos e pausas, que, se bem definidos, fazem com que a pessoa presuma inconscientemente que, naquele momento, não está sendo entrevistada (cap. 3). Também podemos envolver a pessoa com perguntas e assuntos que recriem emoções fortes que ela experimentou no passado, ou envolvê-la em outros contextos. Uma das perguntas desse tipo que tem dado mais resultado é a que lida com o "risco de vida": "Você já viveu uma situação em que correu sério risco de morrer?". As narrativas produzidas em resposta a essa pergunta quase sempre exibem uma mudança de estilo que se distancia da fala monitorada e se aproxima do vernáculo.¹⁸

Não se pode esperar que tais procedimentos sejam sempre bem-sucedidos na obtenção de uma mudança radical de estilo. Uma abordagem mais sistemática usa a interação normal do grupo de pares para controlar a fala, em vez do encontro face-a-face de sujeito e observador. No trabalho de Gumperz em Hennes (1964), os dados fundamentais foram obtidos por meio de sessões gravadas com grupos naturais. Em nosso trabalho no Harlem (Labov *et al.* 1968), estudamos grupos de adolescentes através da observação participante de longo termo. Entrevistas individuais foram feitas com todos os membros do grupo, gerando os dados individuais que necessitávamos sobre cada indivíduo. Também se realizou uma série de sessões em grupo, em que a fala de cada membro (captada com microfone de lapela) foi registrada numa trilha separada. Não houve constrangimentos evidentes nessas sessões em grupo; os adolescentes se comportaram de seu modo habitual, e a maior parte da interação — física e verbal — ocorreu entre os membros. Como resultado, reduziu-se ao mínimo o efeito da observação sistemática. É, até o momento, o único estudo quantitativo na literatura de um grupo de pares auto-selecionado, formado espontaneamente. Esperamos que outros estudos semelhantes sejam realizados no futuro próximo.

¹⁷ Há algumas situações em que a gravação espontânea é possível e cabível, mas a qualidade do som é tão pobre que tais gravações, quando muito, têm valor confirmatório.

¹⁸ Um dos aspectos mais interessantes dessa pergunta é que ela implica uma resposta sim-ou-não, do tipo que em geral evitamos. O mecanismo parece ser o seguinte: o informante está disposto a reconhecer o fato de ter estado numa situação assim, embora possa não estar disposto a fazer um relato. Mas, uma vez que reconheceu o fato, acha muito difícil deixar de fazer um relato completo quando o entrevistador pergunta, depois de alguns instantes: "O que aconteceu?" Do contrário, ficaria parecendo que ele fez uma afirmação falsa.

Entrevistas rápidas e anônimas

Nos métodos descritos acima, a identidade e a posição demográfica de cada pessoa são bem conhecidas. Também é possível empreender a observação sistemática de modo anônimo, em conversas que não se destinem como entrevistas. Em alguns locais estratégicos, é possível estudar muitas pessoas num breve período de tempo, e se sua identidade social for bem definida pela situação objetiva, os resultados podem ser muito ricos. A investigação nas lojas de departamentos (cap. 2) ofereceu um modelo para esse trabalho rápido e anônimo, e vários projetos semelhantes têm confirmado a confiabilidade e praticidade desta abordagem (para detalhes e outras possibilidades, cf. cap. 2).

Observações assistemáticas

A questão central em qualquer desses estudos é se obtivemos dados reais sobre a forma vernacular fundamental, sistemática, da língua. A observação assistemática e espontânea da fala em vários pontos estratégicos pode nos revelar muito do nosso êxito a esse respeito. Podemos gravar muitos traços constantes e variáveis em grandes amostras de população em locais públicos como trens, ônibus, balcões de lanchonetes, bilheterias, zoológicos — onde quer que muitos membros da comunidade de fala estejam reunidos, de modo que sua fala seja naturalmente e facilmente ouvida pelos outros. Muitas distorções estão embutidas nessas observações: por exemplo, pessoas menos discretas e que falam mais alto são favorecidas na seleção. Mas, como uma forma de corrigir o enviesamento da situação de entrevista, esses dados podem ser valiosos.

Meios de comunicação de massa

Também é possível obter dados sistemáticos nas transmissões de rádio e televisão, embora aqui a seleção e os condicionamentos estilísticos sejam em geral muito fortes. Nos últimos anos, temos tido muitas entrevistas diretas no local de desastres, onde os falantes estão sob o forte impacto imediato do evento para monitorar a própria fala. Programas de entrevistas e discursos em eventos públicos podem nos dar bons cortes transversais da população, mas aqui o estilo é ainda mais formal do que obteríamos numa entrevista face-a-face.

O extremo formal do espectro estilístico

É relativamente fácil estender a gama de estilos usados pelo falante rumo ao extremo formal do espectro, onde se presta mais atenção à fala. Há muitas perguntas que naturalmente evocam a fala mais monitorada (como perguntas sobre a própria fala em si). Na maioria dos estudos urbanos empreendidos até agora, a leitura de textos foi usada para estudar variações fonológicas. Em geral, as variáveis linguísticas exibem uma mudança notável da elocução mais formal para a leitura menos formal. Textos tradicionais como "Grip the Rat" são relativamente artificiais, elaborados para incluir o máximo possível de palavras sensíveis à variação dialética. Um texto de leitura fluente, concentrado no vernáculo ou em temas adolescentes, proporcionará uma fala muito menos formal do que os textos formais ou as listas de palavras isoladas. Podemos, então, encaixar pares mínimos em tal texto, de modo que o falante não perceba o contraste (capítulo 3). O trabalho de Shuy, Wolfman & Riley (1967), Wolfman (1969) e Trudgill (1971) utilizou textos assim; apesar disso, a elaboração de leituras especiais para variáveis específicas não avançou tanto quanto a pesquisa merece.

Levine & Crockett (1966) e Anshen (1969) usaram outro método para ampliar a gama de estilos de leitura. Foram construídas frases em que as variáveis eram encaixadas e, em outros pontos, nas mesmas frases, foram inseridas lacunas para a pessoa preencher com itens lexicais enquanto lia, desviando sua atenção das variáveis. A pronúncia da variável fonológica (r) neste contexto revelou menos (r-1) do que na leitura de palavras isoladas.

Alguns testes formais não requerem nenhuma leitura da parte das pessoas. *Testes de percepção* do tipo AX fornecem informações úteis: no caso de fusão total de uma distinção fonológica, os falantes não conseguem ouvir se x é mais próximo de a ou de b; mas onde regras variáveis estão operando, e a fusão não se completou, eles exibirão êxito parcial. Uma quantidade surpreendente de informação gramatical pode ser obtida por *testes de repetição* com pessoas mais velhas. Os psicolinguistas têm usado, há muito tempo, esses testes de repetição com crianças de 2 a 5 anos, mas, para nossa surpresa, descobrimos que, com falantes de dialetos não-padrão, as regras gramaticais subjacentes de pessoas mais velhas, de 10 a 17 anos, controlavam a forma de suas repetições. Falantes do vernáculo inglês negro não tiveram dificuldade em repetir

com precisão longas frases dentro de seu próprio sistema gramatical, mas várias frases em inglês-padrão foram repetidas imediatamente em forma vernácula (Labov *et al.*: 1968, 3.9)¹⁹.

Foram desenvolvidos diversos testes formais para isolar atitudes sociais frente à língua e a informação social veiculada pelas formas dialetais. O pesquisador faz o informante ouvir *testes de antecedentes familiares* — trechos gravados de falantes "típicos" — e lhe pede que identifique a origem étnica, a raça, a classe social desses falantes (Labov *et al.* 1968: 4.4; Brown 1969). Isso nos diz se os ouvintes conseguem ou não obter essa informação social a partir da fala, mas não onde tal informação se localiza — na gramática do falante, em sua fonologia, entonação ou qualidades da voz. Os *testes de reação subjetiva* nos permitem separar as variáveis linguísticas dos fatores pessoais. A técnica dos "falsos pares" ("*matched guise*") usada por Lambert e seus alunos (Lambert 1967) apresenta à pessoa uma série de trechos gravados em que ela ouve vozes dos mesmos falantes usando línguas ou dialetos diferentes. Pede-se às pessoas que façam julgamentos sobre as personalidades dos falantes. Na medida em que não têm como saber que já avaliaram os mesmos falantes antes, elas inconscientemente traduzem suas atitudes sociais frente à língua em diferentes julgamentos sobre a honestidade, a confiabilidade e a inteligência dos falantes. Nos nossos próprios testes de reação subjetiva (cap. 6), ouve-se os mesmos falantes lendo frases que diferem principalmente em seu tratamento da variável linguística em análise. A avaliação do significado social de tal variável pelas pessoas é indicada por suas respostas diferenciadas às frases do mesmo falante, em escalas do tipo: "Qual o melhor emprego que esse falante poderia exercer, falando dessa forma?" ou "Se essa pessoa se metesse numa briga de rua, que chances ela teria de vencer?"

As atitudes dos falantes para com variáveis linguísticas bem estabelecidas também se mostram nos *testes de auto-avaliação*. Quando indagadas sobre quais dentre várias formas são características de sua própria fala, as respostas das pessoas refletem a forma que elas acreditam gozar de prestígio ou ser a "correta", mais do que a forma que elas realmente empregam. Aqui, novamente, esse tipo de dados colhidos em testes não

podem ser interpretados sem dados sobre os padrões de fala real das pessoas (cf. Labov 1966a, cap. 12; Trudgill 1971).

Podemos investigar a consciência que os falantes têm de variantes sociais estigmatizadas bem estabelecidas por meio de *testes de correção de sala de aula*, pedindo-lhes que corrijam frases que se afastem dos modelos escolares (Labov *et al.* 1966: 4.4). Mas é quase impossível obter resultados interpretáveis no tipo contário de *testes de correção vernacular*, em que se pede à pessoa que passe formas prestigiadas para formas vernaculares não-padrão. A influência da situação formal de teste é tamanha que a pessoa não consegue perceber accuradamente as regras não-padrão. Parece estar comprovado que a norma de audiomonitoramento que governa a produção da forma não-padrão na infância é substituída pela norma de prestígio, de modo que, em geral, não é possível para a maioria dos falantes direcionar accuradamente sua atenção para regras não-padrão. Esse resultado reflete um importante axioma da *permutação dialetal*: sempre que um dialeto subordinado está em contato com um dialeto superordenado, as respostas dadas em qualquer situação formal de teste passarão do subordinado para o superordenado de uma maneira irregular e assistemática. Os termos "superordenado" e "subordinado" se referem aqui a qualquer dimensão de hierarquia social equivalente a "prestigiado" e "estigmatizado". Alguns linguistas acreditam que, "instruindo" o informante sobre os objetivos da análise, seja possível diminuir tal efeito e obter gradualmente respostas características do vernáculo puro. Mas é uma ilusão. Pelo contrário, a pessoa pode usar seu conhecimento do dialeto de prestígio para evitar exibir qualquer forma vernacular que seja idêntica ou semelhante à norma-padrão, produzindo assim formas estereotipadas que são simplesmente uma coleção dos tipos de frases "mais diferentes" ou "piores". Os falantes que tiveram um intenso contato com a forma superordenada já não têm intuições claras sobre seu vernáculo disponíveis para a investigação²⁰.

Essa é uma razão a mais para olhar com suspeita os dados de um vernáculo não-padrão recolhidos de um informante "educado". Nor-

¹⁹ Essas observações desde então têm sido confirmadas por testes de larga escala realizados com populações escolares, onde a relação das pessoas com o vernáculo não era tão bem conhecida (Baratz 1969; Garvey & McFarlane 1968).

²⁰ Isso vale, obviamente, no caso das crianças. Não se pode perguntar a crianças pequenas se uma frase não-padrão delas é bem-formada, nem pedir a adultos que reconstituam suas gramáticas da infância. É verdade, em geral, que aprender uma série de regras muito próximas da série mais antiga torna impossível reconstruir a situação anterior.

malmente, o pesquisador fala o dialeto-padrão superordenado que é dominante nessa situação de entrevistista face-a-face. A capacidade do informante de aprender línguas está operando o tempo todo, e é sabido que suas regras gramaticais ficarão sob pesada influência do padrão durante este período de elicitação²¹.

Raras vezes encontramos um informante que pareça de algum modo imune à "correção" desse tipo — alguém que parece ter acesso direto às próprias intuições, apesar de seu conhecimento do dialeto-padrão. Uma importante tarefa para os psicolinguistas é identificar outros traços que acompanham ou determinam esse comportamento, de modo que pudéssemos ser capazes de buscar informantes "ideais" numa dada população. Mas sempre será necessário confrontar as respostas do informante com outros dados do vernáculo para ver se ele de fato tem acesso às suas regras originais. Para avaliar esses dados, temos de já conhecer as regras do vernáculo pela observação direta da fala informal. Mas o procedimento não é inteiramente circular, pois, se tivermos confiança nas introspecções de informantes "imunes", poderemos obter dados cruciais sobre formas que muito raramente se encontram em qualquer *corpus* de fala informal. Permanece em aberto a questão sobre se é seguro extrapolar da estabilidade observada de formas comuns para a estabilidade não-observada de formas raras.

Tais considerações não se aplicam necessariamente aos linguistas que estudam línguas através de uma língua intermediária que não é marcada socialmente com relação à sua língua-alvo²². É normal que um linguista que se aproxima pela primeira vez de uma língua trabalhe com informantes bilíngües, que podem nem sequer ser bons falantes da língua-alvo. Esses passos iniciais na elicitação formal são, é claro, pré-requisitos necessários para o estudo adequado da língua em seu contexto social. Bons linguistas podem ir mais além e obter seus melhores dados de gravações de falantes nativos conversando entre si — como nas ses-

sões de grupo mencionadas acima. O estudo da língua em seu contexto social só pode ser feito quando a língua é "conhecida", no sentido de que o investigador pode compreender a conversa rápida. Quando um linguista-anthropólogo entrar nesse estudo mais avançado, o axioma da permutação-dialetal se aplicará, pois haverá inevitavelmente níveis estilísticos que ele vai querer distinguir.

Ainda que seja possível obter bons resultados trabalhando-se com informantes bilíngües, não é certo que se possa dizer o mesmo de informantes "bidialetais", se é que de fato existem. Nunca encontramos um falante do não-padrão que, tendo alcançado um bom controle de uma língua-padrão, ainda conservasse o domínio do vernáculo não-padrão. Diferenças dialetais dependem de regras de nível superficial que aparecem como ajustes menores e extensões de condições contextuais etc. É evidente que tais condições atuam inevitavelmente, e embora o falante de fato pareça estar falando o vernáculo, o exame minucioso de sua fala mostra que sua gramática foi fortemente influenciada pela norma-padrão. Ele pode ter sucesso em convencer os ouvintes de que está falando o vernáculo, mas essa impressão parece depender de muitos sinais assistemáticos e fortemente marcados²³.

Em toda comunidade existem falantes que têm mais consciência do que outros das formas prestigiosas de falar e cujo comportamento é mais influenciado pelos padrões externos de excelência. Eles exibirão uma alteração estilística maior do que aqueles que não reconhecem tais padrões. Esse traço pode ser medido pelos *tests de insegurança linguística*. De uma lista selecionada de variantes socialmente marcadas, a pessoa é indagada sobre qual dentre duas formas é a correta e, em seguida, qual delas ela mesmo usa de fato. O número total de itens em que as duas respostas diferem forma um sensível grau de insegurança linguística (caps. 4 e 5).

2. RESOLVENDO PROBLEMAS DA ESTRUTURA LINGÜÍSTICA

Esta seção apresentará três diferentes problemas da estrutura linguística que emergiram do estudo do inglês vernáculo negro (BEV - *Black*

²¹ Nosso próprio agente de campo no centro-sul do Harlem, John Lewis, mostrou uma grande mudança das variáveis não-padrão que estávamos investigando entre o tempo em que foi entrevistado pela primeira vez (1965) e o tempo em que acabou entrevistando outros (1967).

²² Em sua primeira abordagem do Iahu, uma língua Iolo-birmanesa da Tailândia e da Birmânia, J. Matisoff usou um falante bilíngüe em inglês-Iahu. Na sua opinião, se tivesse usado uma língua de parentesco próximo, como o tai, a distorção dos dados teria sido muito maior.

²³ O modo como tais falantes convencem seus ouvintes de que estão falando o vernáculo é um problema importante para o estudo sociolinguístico. Líderes educados da comunidade negra dos Estados Unidos oferecem diversos exemplos desse fenômeno.

ck English Vernacular): problemas concernentes às regras internas e aos elementos subjacentes sobre os quais as regras operam. No quadro do estudo abstrato das possibilidades lingüísticas, esses problemas só podem ser resolvidos parcialmente. Usaremos dados obtidos da fala em seu contexto social, recolhidos segundo os métodos esboçados acima, para apresentar aquelas que nos parecem ser as soluções definitivas para cada um dos problemas.

Cada uma destas soluções é fortalecida pela convergência de dados provenientes de diversas fontes. Dentro de nossos próprios estudos, temos dados paralelos de seis diferentes grupos de colegas adolescentes falantes do BEV, diversas populações adultas, e várias amostras exploratórias em outras cidades. Sobre cada um dos problemas, obtivemos confirmação independente no trabalho de Wolfram em Detroit (1969) com uma população completamente diferente e análises diferentes. A convergência regular de dados provenientes de estudos totalmente distintos oferece o tipo de forte evidência que nos leva a afirmar que estas são as soluções corretas.

1. Simplificação dos grupos consonantais e do sufixo de tempo passado

Como se mostrou acima, o BEV exibe um nítido padrão de simplificação de grupos consonantais no final das palavras. Palavras que no inglês-padrão exibem grupos consonantais terminados em *-t*, *-d*, freqüentemente aparecem no BEV somente com a primeira consoante. Assim, *bold* ("ousado"), *find* ("achar") e *fast* ("punho") são freqüentemente pronunciadas *boi*, *fiɪ* e *fas*. Surge a questão: trata-se realmente de um caso de simplificação do grupo consonantal ou, simplesmente, essas consoantes finais não existem no BEV? A existência de plurais como *hisses* para *lists* ("listas") sugere que algumas dessas palavras têm sua forma subjacente sem *t*. Podemos nos aprofundar nessa questão somente depois de uma série de investigações preliminares que nos permitam definir a variável, tal como fizemos aqui. O argumento apresentado aqui resume a solução apresentada em Labov *et al.* 1968: 3.2. Dada uma definição adequada da variável, qualquer pequena quantidade de fala de qualquer grupo ou indivíduo BEV fornecerá as seguintes evidências:

a. Não existe nenhum falante que nunca apresente esses grupos consonantais; nem existe nenhum que sempre os preserve: trata-se de um caso de variação inerente no BEV.

b. Para todo falante e todo grupo, a segunda consoante está ausente mais freqüentemente quando a palavra seguinte começa com consoante do que quando começa com vogal. Esse efeito regular da vogal subsequente é um traço característico de outras regras fonológicas: ele também condiciona a vocalização do *r* e *l* finais e das nasais em diversos dialetos.

c. Há pouca ou nenhuma hipercorreção, isto é, o *-t* ou *-d* finais não são atribuídos à classe de palavras erradas, como ocorreria em *mold* para *mole* ("verruca"), ou *lipɪ* para *lip* ("lábio").

Esses fatos mostram que o grupo consonantal pleno está presente na forma subjacente de *act*, *bold* ou *find*, e que uma regra variável apaga a segunda consoante. Em nossa representação formal deste processo, o fato (c) pode facilmente ser mostrado, fornecendo-se as formas subjacentes corretas no dicionário. O fato (a) pode ser mostrado, tornando-se opcional a regra de apagamento. Mas em termos gerativos convencionais, não há modo de mostrar formalmente o fato (b). Se escrevêssemos:

15 [*-*continuo] → Ø / [+consonantal] _____ # [*-*silábico] opcional

estariamos afirmando que uma oclusiva é opcionalmente apagada depois de um segmento consonantal (líquido ou obstruinte), no final da palavra, se a palavra seguinte não começa com vogal²⁴.

Essa regra fornece uma descrição razoável do sistema coloquial de muitos falantes de classe média, que freqüentemente dizem *fiɪs* 'thing' ("primeira coisa") e *las* 'month' ("último mês"), mas não *fiɪs* 'of all' ("primeiro de tudo") ou *las* 'October' ("último outubro"). Mas 15 não é em nada adequada para a maioria dos outros dialetos onde alguns grupos consonantais são

²⁴ Wolfram argumenta que só devem ser incluídos na regra os grupos que mostram vozamento homogêneo, excluindo assim *jump*, *belt*, *bert* etc. Certamente, o primeiro tem de ser excluído, mas fazemos isso restringindo a regra às oclusivas apicais *t*, *d*. Os grupos *-sɹ* e *-sɛ* são afetados por uma regra precedente, junto com *-sɹ*, a qual opera numa freqüência muito mais alta e com condicionantes especiais como o fato de *-sɹ*s e *-sɛ*s serem categoricamente simplificados em diversos dialetos. Mas verificamos que existe uma alta porcentagem de simplificação de *-lt*, *-rt* etc., em vários dialetos, de modo que, se a regra for restrita ao vozamento homogêneo, uma regra especial terá que ser postulada para esses tipos.

simplificados com muita frequência quando a palavra seguinte começa com vogal. Para tais dialetos, tentamos de remover [-silábico] do ambiente:

16 [opcional] [-contínuo] → Ø / [+consonantal] ____ #

Essa regra estipula que qualquer grupo *-t*, *-d* final pode ser simplificado e que não faz diferença alguma se há ou não uma vogal seguinte. Mas ela é tão evidentemente falsa quanto aos fatos da situação que oferece uma descrição muito pobre da língua. Para todos os falantes de inglês, a regra 16 opera *mais* frequentemente quando a palavra seguinte não começa com vogal. A existência desse condicionamento fonológico, como observamos acima, é a indicação mais importante do conhecimento das formas subjacentes pelo falante. Se quisermos representar esses fatos com rigor, temos de captar de algum modo, em nossa representação formal, a existência de condicionamento fonológico *variável*.

O primeiro passo no desenvolvimento dessa notação formal é generalizar a noção de regra opcional para a de *regra variável*. Fazemos isso atribuindo a cada regra um quantidade ϕ representando a proporção de casos em que a regra se aplica em relação a todos aqueles em que ela poderia se aplicar. Para uma regra categórica, invariante, $\phi = 1$, e numa regra variável, $0 < \phi < 1$ [ϕ é maior do que zero e menor do que um]. Para indicar a variabilidade, empregamos parênteses angulares em torno do elemento situado à direita da flecha. Se ϕ for afetado pela presença ou ausência de algum traço no ambiente, esse elemento age como uma *restrição variável* e é colocado em parênteses angulares no ambiente à direita da barra inclinada. Assim, no BEV, uma obstruinte subsequente ou uma pausa favorece a operação de apagamento de *-t* e *-d* e condiciona o que, de outro modo, seria variação livre.

17 [-contínuo] → <Ø> / [+consonantal] ____ # # <-silábico>

Informalmente, 17 postula que uma oclusiva é variavelmente apagada depois de um segmento consonantal no final de uma palavra, mais frequentemente quando não há uma vogal subsequente do que quando há.

Essa forma da regra é bastante satisfatória para diversos dialetos não-padrão, cujos falantes de vez em quando dizem *fst's of all*. Mas ela se aplica somente a grupos da forma ____CC, sem uma fronteira de morfema entre as duas consoantes; não se aplica a grupos como em *passed* [pæst] ("passado") ou *rolled* [rɒld] ("rolado") da forma abstrata ____C#, onde a segunda consoante representa o tempo passado. Na maioria dos dialetos não-padrão, tais

grupos consonantais às vezes são apagados — no sul dos Estados Unidos mais frequentemente do que no norte, e especialmente no BEV. Podemos permitir isso inserindo a fronteira opcionalmente em nossa regra:

18 [-contínuo] → <Ø> / [+consonantal] (#) ____ # # <-silábico>

É uma regra estranha porque, se uma consoante após # for apagada, todo o indicador do tempo passado desaparece nos verbos regulares²⁵. Surge a questão de se a fronteira # está de fato presente no BEV: os falantes "sabem", em qualquer sentido lingüístico, que o grupo [-st] em *passed* representa o tempo passado? A investigação gramatical em nossas sessões de grupo e nas entrevistas individuais mostra que, para qualquer indivíduo e qualquer grupo, vigoram os seguintes fatos:

- Não há falante algum que sempre apague o *-ed* nesses grupos, e nenhum falante que nunca apague.
- Há também um condicionamento fonológico para esses grupos consonantais: uma vogal subsequente tem um forte efeito na preservação deles.
- Em qualquer ambiente fonológico, os grupos consonantais de tempo passado são apagados menos frequentemente do que os grupos monomorfêmicos.
- Não há hipercorreção: a terminação *-ed* não ocorre de forma indevida onde o tempo presente seria esperado.

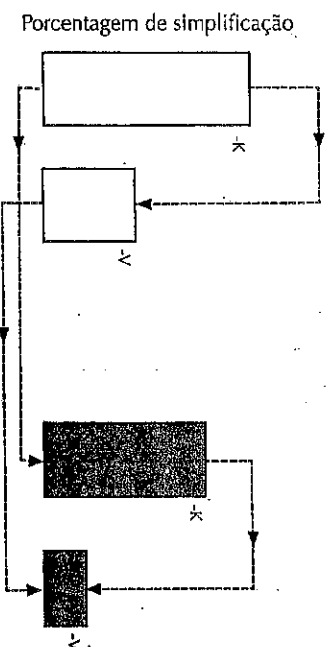


FIGURA R.2 Quatro relações que governam o apagamento de *-t*, *-d*.

²⁵ Toda vez que a consoante apagada representar um morfema inteiro, o efeito de uma vogal subsequente não permitirá que os falantes nativos reconstituam a forma subjacente. Pois mesmo que o [h] seja preservado em *passed* *Edith*, isso nada nos diz sobre se o sinal *-ed* está presente em *I passed Mike*. Para grupos monomorfêmicos em *fst* etc. essa alternância nos diz qual é a forma subjacente da palavra.

Em qualquer amostra de fala, mesmo de extensão modesta, encontramos em vigor as relações expressas na figura 8.2:

Se dividirmos os grupos *-t,d* nessas quatro classes, verificamos que em todos os casos os grupos de tempo passado são simplificados menos freqüentemente, e grupos antes de vogais menos freqüentemente do que outros grupos. Essas relações são notavelmente uniformes: elas vigoram para todo indivíduo e todo grupo. Os condicionamentos sobre a regra aparecem então como

19 [-continuol → <Ø> / [+consonantal] <Ø> ____ # # <-silábico>

Aqui é a *ausência* de fronteira que favorece a regra. Podemos traduzir 19 informalmente dizendo que uma oclusiva é variavelmente apagada após um segmento consonantal no final de uma palavra, mais freqüentemente quando não é um morfema flexional, e mais freqüentemente quando não é seguida de vogal.

A regra 19, com duas restrições variáveis, se aplicará agora de modo mais geral a uma ampla variedade de dialetos. Onde quer que exista variabilidade, essas restrições se impõem a todos os falantes de inglês. Para um dialeto específico, como o BEV, podemos querer estabelecer relações de ordem mais específicas entre as restrições, e dar peso maior a uma do que a outra. Podemos fazer isso usando letras gregas no canto esquerdo superior do primeiro parêntese angular que indica as relações de mais ou de menos. Assim, 20 indica que o condicionamento fonológico tem peso maior do que o gramatical:

20 [-continuol → <Ø> / [+consonantal]^β <Ø> ____ # # <-silábico>

Essa representação é semelhante à figura 8.2, onde o efeito maior é o condicionamento gramatical. O que está em 20 é a situação do BEV entre os grupos de colegas adolescentes: que estudamos. Mas à medida que o falante envelhece, ou fala mais formalmente, o ambiente gramatical tem efeito maior, até que as posições de α e β se invertem. Essa alternância na ordenação das restrições sobre as regras representa uma das formas básicas da mudança linguística, geneticamente ou diacronicamente. É um dos motivos mais importantes para incorporarmos condicionamentos variáveis em nossa representação das regras, pois do contrário não teríamos nenhum modo formal de registrar esse aspecto fundamental do desenvolvimento linguístico.

A simples existência de variação não nos diz se o elemento variável está de fato presente em nossa gramática subjacente. Por exemplo, o *-s* da 3ª pessoa do singular ocorre variavelmente em grupos do BEV, como em *He works* vs. *He work* ("ele trabalha"). Mas em contraste com a situação de *-t,d*, nossa investigação gramatical estabelece os seguintes fatos:

- Há alguns falantes que não exibem nenhum *-s* na 3ª pessoa do singular, nem mesmo na fala monitorada, e outros indivíduos variam amplamente na quantidade de *-s* que usam.
- Não existe nenhum processo fonológico geral operando sobre os grupos consonantais finais *-s, -z, -z,* pois o plural está quase completamente intacto no BEV.
- Uma vogal subsequente não age para preservar o *-s* da 3ª pessoa do singular. Quando muito, esse *-s* está presente com *menos* freqüência quando seguida por uma vogal.
- Há muita hipercorreção: o *-s* aparece imprevisivelmente em outras pessoas e números (*we works there* ["trabalhamos lá"] ou mesmo em posições não-finitas (*he can gets hurt* ["ele pode ficar ferido"])).

Resultados obtidos com testes formais confirmam: de diversas maneiras a análise apresentada aqui. Testes de repetição, de percepção e de compreensão mostram que o sufixo *-ed* é facilmente controlado pelos falantes de BEV de todas as idades, como o sufixo plural *-s*, mas que o *-s* da 3ª pessoa do singular é para eles muito difícil de perceber, de produzir com segurança e de compreender²⁶.

A pesquisa independente de Wolfman em Detroit apresenta precisamente o mesmo conjunto de fatos. A tabela 8.3 mostra as porcentagens de grupos *-t,d* simplificados nos quatro ambientes para três classes sociais adultas e quatro grupos de colegas na cidade de Nova York, e quatro classes sociais no estudo de Detroit²⁷. Aqui vemos que, para cada grupo, vigoram as

²⁶ Trabalho recente de Jane Torrey (1969) com crianças mais novas do centro-sul do Harlem mostra que o *-s* da 3ª pessoa do singular pode ser usado como sinal do presente, mas não para distinguir singular de plural, como em *the cat splashes vs. the cats splash* (1972).

²⁷ Esses dados procedem das entrevistas individuais em Nova York e em Detroit. As relações da figura 8.2 estão preservadas nas sessões de grupo em Nova York, com o condicionamento gramatical operando num nível mais baixo. Os números de Detroit não são exatamente comparáveis aos de Nova York por duas razões: (1) as entrevistas de Detroit não distinguem fala casual e fala monitorada em nenhum grupo etário, enquanto em Nova York as entrevistas com adultos mostram estilos casuais e monitorados distintos (a tabela 8.3 dá os valores destes últimos); (2) posições finais estão incluídas no ambiente ____K nos estudos da cidade de Nova York, mas em ____V (ou seja, não-consonantal) para Detroit.

relações dadas na figura 8.2. A coluna 1 é maior que a coluna 2, e a coluna 3 é maior que a coluna 4, mostrando os efeitos de uma vogal subsequente. A coluna 1 é maior do que a coluna 3, e a coluna 2 é maior que a coluna 4, mostrando o efeito da fronteira do tempo passado. Tal como em todos os demais dados sociolinguísticos apresentados aqui, fica óbvio para o estatístico experiente que os testes de significância são irrelevantes. Os dados originais estão apresentados de tal maneira que a análise estatística pode ser empreendida, se desejada, mas é óbvio que, ainda que um caso particular estivesse abaixo do nível de significância, a convergência de tantos eventos independentes nos levaria a um nível de confiança desconhecido na maioria das investigações sociais ou psicológicas.

TABELA 8.3
CONDICIONAMENTOS SOBRE O APAGAMENTO
DE -t,d NA COMUNIDADE DE FALA NEGRA

Comunidade de fala	% simplificação			
	Grupos consonantais monomorfêmicos		Grupos consonantais bimorfêmicos	
	K	V		
Adultos				
Classe média	60%	28%	19%	04%
Classe operária alta	90	40	19	09
Classe operária baixa	89	40	47	32
Adolescentes				
Thunderbirds (10-13)	91	59	74	24
Aces (10-13)	98	64	85	43
Cobras (12-17)	97	76	73	15
Jets (12-17)	90	49	44	09
Classe média alta	79	23	49	07
Classe média baixa	87	43	62	13
Classe operária alta	94	65	73	24
Classe operária baixa	97	72	76	34

Fonte: Labov et al. 1968: Tabela 3.9, e Wolfram, 1969: Figs. 7 e 8.

A confirmação do estudo de Nova York pelo estudo de Detroit sobre o apagamento de -t,d não deixa qualquer dúvida quanto à existência da forma subjacente -ed no BEV, e quanto à natureza da regra que está operando. O contraste entre -ed e o -s da 3ª pessoa do singular também fica claramente delineado nos dados de Detroit (Wolfram 1969: 161 ss.). Uma vez que os dados de Wolfram não incluem sessões de grupo ou fala informal, não encontramos os níveis mais baixos de -s da 3ª pessoa do singular, como descrito no ponto *a* acima. Mas encontramos *b*, a ausência de qualquer processo fonológico geral que afete -s-z; não somente outras flexões são preservadas, como também o -s da 3ª pessoa do singular está ausente com a mesma frequência depois de verbos que terminam em vogais ou em consonantes. De novo, *c*, não existe nenhum efeito claro de uma vogal subsequente na preservação do -s: ao contrário, ele está presente em 38% dos casos antes de uma consonante, e somente 33% antes de uma vogal. Finalmente, *d*, Wolfram observa uma hipercorreção frequente mas irregular, com o -s aparecendo em outras pessoas e posições não-finitas. Esses exemplos dão apenas alguma amostra da precisão e do detalhamento da convergência entre os estudos de Nova York e Detroit, o que nos permite postular com confiança tanto as regras variáveis quanto as categóricas.

A variação é inerente ao sistema?

Antes de prosseguir, precisamos levar em conta a possibilidade de não termos conseguido realmente isolar o vernáculo básico. Até mesmo as sessões grupais tumultuadas e descontroladas com adolescentes podem exibir o efeito da observação, o que responderia por alguns grupos consonantais não-simplificados. Ou talvez as crianças de 10 anos já tenham começado a apresentar mescla dialetal com o inglês-padrão em sua fala mais casual, de modo que, para encontrarmos o vernáculo puro, deveríamos buscá-lo entre crianças ainda menores. Duas descobertas tornam essa possibilidade bastante improvável. Primeiro, nosso trabalho com crianças menores não apresenta maior homogeneidade na fala delas²⁸. Segundo, já observamos que o caráter sistemático do apagamen-

²⁸ Trabalho feito por Jane Torrey com crianças entre 4 e 7 anos no centro-sul do Harlem mostra os mesmos padrões de variação no sufixo -ed e nos grupos com -t, -d como nas crianças mais velhas, e padrões semelhantes com a cópula e a concordância negativa que discutiremos a seguir.

to de *-t,d* torna mais provável a presença dessas consoantes finais na representação subjacente. Mas existe uma razão teórica mais exata do vernáculo básico. Se a regra subjacente em algum sistema "puro" fosse uma regra categórica que tendesse a completar seu campo de ação, eliminando todos os grupos *-t,d* finais, ela se eliminaria a si mesma. Não haveria base alguma para postular a forma *bold* no dicionário desse dialeto; ao contrário, as crianças infeririam que a palavra era *bole* e a regra não teria nada sobre o que operar. O mesmo valeria para *rolled*: uma regra categórica eliminaria a flexão regular do tempo passado.²⁹

É importante notar que, no curso da evolução linguística, a mudança caminha para se completar: e regras variáveis se tornam invariantes. Quando isso acontece, há inevitavelmente alguma outra mudança estrutural que compensa a perda de informação envolvida. Gostaria de citar três exemplos de mudanças estruturais dramáticas que sustentam tal afirmação:

a. Em muitos crioulos de base inglesa, a simplificação fonológica e gramatical reduziu efetivamente os grupos consonantais, de modo que as flexões são tipicamente eliminadas por completo. Enquanto o BEV preserva explicitamente o tempo passado com verbos irregulares como *give-gave, keep-kept, tell-tell*, e a terminação *-ed* em *rolled* permanece encaxada numa regra variável, o inglês de Trinidad e o crioulo da Jamaica usam as formas simples invariantes *roll, give, keep, tell* para o tempo passado. Como é, então, que se distingue o passado do presente? Em Trinidad, usa-se o auxiliar *do*, de modo que agora o tempo presente se torna a forma marcada, *he does give* ("ele dá"), em oposição ao passado *he give* ("ele deu") (Solomon 1966).

b. Nos dialetos ingleses da Escócia, a simplificação de grupos consonantais *-t,d* depois de oclusivas surdas se tornou categórica, gerando uniformemente *ac'* para *act, ap'* para *apt*. A mesma regra teria eliminado o tempo passado em *liked* e *stopped*. Mas uma regra de epêntese generalizada preservara esses morfemas de tempo passado, de modo que eles não formam grupos consonantais, e assim temos [laiki] e [stapi] para *liked* e *stopped* (Grant & Dixon 1921).

²⁹ Esse seria o caso mesmo se a regra categórica fosse restringida pelo contexto, de modo que não operasse antes de vogais. Como se observou na nota 25 acima, não há como reconstruir a forma subjacente se o morfema desaparece inteiramente na maioria das posições.

c. Na evolução da língua francesa, uma mudança sonora provinda do norte eliminou *-z, -t, -k* e *-s* finais. Quando o *-s* final se perdeu na maioria dos dialetos, a forma normal de distinguir singular de plural em artigos, adjetivos e nomes também se perdeu. Assim, o artigo singular *la* já não podia se opor ao artigo plural *las*, exceto quando seguido de uma vogal. Na maioria dos casos, mudanças radicais nas formas plurais preservaram a distinção singular-plural. O *Atlas Linguistique de France* mostra que numa área sul-central da França, perto do limite sul da perda do *-s* final, outra mudança sonora estava ocorrendo: o *a* átono estava mudando para *o*. Normalmente, essa mudança ocorre tanto nas formas singulares quanto nas plurais. Mas numa sub-região considerável mais ao norte, onde o *-s* se perdeu, essa mudança sonora se especializou, de modo que *a* mudou para *o* somente no singular, opondo *lo* (singular) a *las* (plural).

Essa descoberta recente de Penelope Eckert (1969) é da maior importância por mostrar como as funções gramaticais podem provocar diretamente uma mudança sonora por necessidades comunicativas. Também é relevante para nossa discussão aqui o fato dessa diferenciação compensadora da mudança *a* → *o* só ocorrer onde a perda do *-s* se torna uma regra uniforme e categórica. Na área de "perturbação do *-s*" não existe efeito compensatório sobre a regra *a* → *o*. Isso implica que, se uma regra variável for regular o bastante, ela fornece aos aprendizes da língua informação suficiente para preservar as distinções básicas e as formas subjacentes.

Se um estudo sociolinguístico do *-s* fosse empreendido naquela área, sem dúvida descobriríamos uma regra variável semelhante a 20. O apagamento do *-s* final na França não foi registrado em nenhum detalhe pelos dialetólogos. Mas uma regra variável semelhante no espanhol de Porto Rico foi estudada por Roxana Ma e Eleanor Herasimchuk (Fishman *et al.* 1968: 689-703). Elas encontraram padrões regulares de condicionamentos variáveis semelhantes aos que acabamos de apresentar para o apagamento de *-t,d*:

- (1) um padrão complexo de restrições gramaticais — o *-s* plural nos artigos é conservado mais freqüentemente; em seguida o *-s* verbal, e o *-s* plural dos nomes em menor grau;
- (2) um condicionamento fonológico em que o apagamento ocorre menos freqüentemente antes de uma vogal do que antes de uma consoante;

- (3) um padrão regular de alternância estilística onde o aumento da formalidade desfavorece a operação da regra.

Existe uma forma intermediária [h] que complica a regra, mas a forma da regra porto-riquenha $s \rightarrow h \rightarrow \emptyset$ é provavelmente bastante semelhante à francesa $s \rightarrow \emptyset$.

Concluímos que a variação tal como é mostrada no apagamento dos grupos *-ed* não é um produto da mistura dialetal irregular, mas uma propriedade inerente e regular do sistema. O *status* das regras variáveis numa gramática pode ser questionado em outras bases: elas envolvem uma assimetria fundamental entre produção e percepção. Podemos argumentar que o falante exibe seu conhecimento do sufixo do tempo passado simplificando menos grupos *-ed* do que outros (e presumivelmente preservando o *-ed* mais frequentemente quando tem uma carga semântica pesada). Mas tudo o que o ouvinte tem de saber é se o *-ed* é opcional ou não, já que ele interpreta cada sinal de passado à medida que o recebe. (Há provas de que os ouvintes conseguem reagir e reagem, à frequência, mas seria difícil vincular essa capacidade à função gramatical do "passado"; tais reações têm a ver com a caracterização global do falante.) De qualquer modo, é claro que as regras variáveis são regras de produção. A questão é saber se a simetria de produção e percepção é uma suposição bem-fundada ou não acerca da estrutura lingüística, ou até mesmo uma meta alcançável da construção teórica. Por mais atraente que isso possa parecer, não há comprovação sólida de que seja uma suposição inválida. Em testes de repetição com falantes do BEV de 14 a 17 anos, descobrimos que frases como *I asked him if he did it* ("Eu perguntei a ele se ele fez isso") são repetidas instantaneamente como *I asked him did he do it*. O sentido da frase é captado perfeitamente, mas ela é produzida automaticamente por regras do BEV — existe evidentemente uma profunda assimetria entre percepção (inglês-padrão e/ou BEV) e produção (somente BEV).

Por fim, seria possível descartar as regras variáveis sob o argumento de que elas são regras de desempenho. Quanto menos se considerar o conceito de desempenho como "lata de lixo", melhor. Pois é preciso notar que a grande maioria de nossas regras transformacionais ou fonológicas também podem ser caracterizadas como regras de "desempenho". Extraposição, atração-qu, posposição adverbial etc., são meios de facilitar a linearização do *input* da estrutura frasal, eliminando descontinuidades e encaixamen-

tos à esquerda, coordenando e assimilando os elementos entre si, de modo a tornar o "desempenho" da frase o mais cômodo possível.

A capacidade dos seres humanos de aceitar, preservar e interpretar regras com condicionamentos variáveis é sem dúvida um aspecto importante de sua competência lingüística ou *langue*. Mas ninguém tem consciência dessa competência, e não existem julgamentos intuitivos acessíveis para revelá-la a nós. Ao contrário, a percepção ingênua do nosso próprio comportamento e do dos outros é normalmente categórica³⁰, e somente o estudo cuidadoso da língua em uso demonstrará a existência dessa capacidade de operar com regras variáveis.

2. O apagamento da cópula no BEV

Agora nos voltamos para um problema mais complexo: o uso variável da cópula no presente e do auxiliar *is* no BEV. Frequentemente ouvimos nesse dialeto frases como *he wild, she out the game, he gon' try to get up*, correspondentes ao inglês-padrão *he is wild ("ele é fera")*, *she is out of the game ("ela está fora do jogo")* e *he is going to try to get up* ("ele está tentando se levantar"). Essas frases sem cópula são semelhantes às de diversas línguas como o russo, o hebraico ou o húngaro, que não têm cópula no presente; ao crioulo ou inglês jamaicano, que tem a cópula somente antes de sintagmas nominais (e locativos), ou à fala de crianças pequenas, que dizem *that a lamb* ("Isso [é] um carneiro") e *Mommy busy* ("Mãe [está] ocupada"). A questão é saber se a cópula está ou não pre-

³⁰ Devido ao espectro contínuo de frequência na aplicação de uma regra, tal como "engolir o *g*" em *-ing*, observamos que os ouvintes reagem de forma discreta. Até determinado ponto, eles nunca percebem o falante "engolir o *g*"; para além desse ponto, percebem o falante como sempre fazendo isso. O mesmo vale para as regras de (th) e (dn) discutidas abaixo, e qualquer outra variável lingüística bem desenvolvida. Os mesmos juízos categóricos aparecem na percepção dos hábitos alimentares dos outros ("Ela come feijão um passarinho; ele nunca sabe quando parar") ou no cuidado da casa ("Ela não pára de limpar; a casa toda tem dois dedos de poeira..."). Sempre que existem valores sociais fortes associados a padrões de desempenho de um papel, tendemos a assumir essa percepção categórica. Mas note-se que mesmo essa alteração brusca de julgamento exige que o observador seja (inconscientemente) sensível à frequência. Podemos especular que cada ocorrência da forma marcada estabelece uma expectativa inconsciente, que se torna explícita se reforçada dentro de um dado período de tempo, mas que, do contrário, se extingue sem efeito.

sente na estrutura profunda ou na estrutura de nível superior do BEV — e, se estiver, se ela é apagada como um todo no nível morfológico ou por regras fonológicas de nível mais baixo. Essas são questões importantes para a linguística teórica e aplicada, pois envolvem aspectos de como os dialetos de uma língua diferem e de como devem ser ensinados. O breve esboço do argumento apresentado aqui é um resumo da apresentação mais detalhada de Labov 1972a: cap. 3, e Labov *et al.* 1968: 3.4.

a. Primeiramente, descobrimos que não existe nenhum falante do BEV que apague sempre a cópula, e nenhum que nunca a apague. Todos exibem algumas formas plenas, algumas formas contraídas e algumas formas-zero. A regularidade desse comportamento e o padrão dos condicionamentos variáveis discutido acima atestam que estamos lidando com uma regra variável dentro do sistema do BEV.

b. Há posições sintáticas onde o apagamento nunca ocorre: em formas elípticas (*he is too*, “ele é também”), depois de atração-*qu* (*that's what he is*, “é isso que ele é”). Em geral, verifica-se que sempre que o inglês-padrão pode contrair, o BEV pode apagar a cópula, e sempre que o inglês-padrão não pode contrair, o BEV não pode apagar.

c. Esse vínculo entre contração e apagamento torna necessário investigar as condições gerais da contração em inglês, analisando-se as evidências de nossas próprias intuições dentro do modelo gerativo. Verifica-se que a contração de *am*, *is*, *are*, *will*, *has*, *have*, *had* é o apagamento de uma *schwa* [ə] inicial isolado antes de uma consoante isolada numa palavra que contém o marcador temporal. Esse processo, que gera *he's here* (“ele está aqui”), *I'm coming* (“eu estou vindo”), *you're there* (“você está aí”), *I'll go* (“eu irei”), *he's got it* (“ele tem isso”) etc., é dependente de regras que apagam *glides* iniciais e da regra de redução de vogal que reduz vogais distensas átonas a *schwa*. A regra de redução de vogal, por seu turno, é dependente das regras de atribuição de acento, determinadas pela sintaxe da estrutura de superfície, tal como desenvolvidas por Chomsky & Halle (1968). As regras de contração confirmam os resultados independentes da construção de Chomsky e Halle do ciclo transformacional na fonologia do inglês³¹.

d. Que o apagamento da cópula se relaciona com a contração é algo também indicado por nossa descoberta de que o BEV não apaga formas com vogais tensas que não podem ser reduzidas a *schwa*: *be*, *ain't*, *can't* são preservados. Que o apagamento é um processo fonológico também aparece no fato de que o *m* de *I'm* raramente é apagado: em geral, nasais finais não são apagadas no BEV.

e. As regras variáveis que controlam a contração e o apagamento no BEV mostram uma série de condicionamentos variáveis segundo o ambiente gramatical. A regra é favorecida se o sintagma nominal precedente for um pronome. O ambiente gramatical subsequente condiciona as regras na seguinte ordem (do menos favorável ao mais favorável): sintagma nominal predicativo; adjetivos e locativos; verbos; e o auxiliar *gonna* antes de verbo. Se aceitarmos a noção de que a contração opera primeiro e que o apagamento remove a consoante isolada que permanece depois da contração, veremos que tais condicionamentos operam do mesmo modo sobre ambas as regras, e que a contração no BEV exibirá um padrão semelhante à contração em outros dialetos do inglês. A existência de duas regras separadas é indicada pelo fato de os efeitos quantitativos desses ambientes gramaticais serem intensificados com o apagamento: os condicionamentos foram aplicados duas vezes.

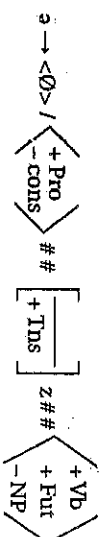
f. Embora os mesmos condicionamentos gramaticais operem sobre a contração e o apagamento no BEV, o efeito fonológico de uma vogal ou consoante precedentes é o inverso. Para a contração, a regra é favorecida se o sujeito termina com vogal; para o apagamento, se termina com consoante. Essa inversão é consistente com a diferença fonológica entre contração e apagamento, pois a contração é a remoção de uma vogal, e o apagamento é a de uma consoante, e em cada caso o contexto favorável leva a uma estrutura CVC.

³¹ Uma análise da redução do auxiliar por Zwicky (1970) alega que existem casos de *is* ou *has* não-contrastivos que não podem ser explicados por regras de acento. Nos casos críticos, o *h-* de *has* é considerado apagável e a vogal reduzida, mas não contraída. *Gerda*

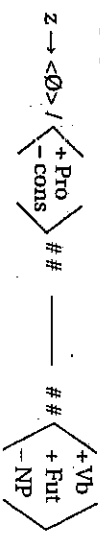
has been to North Dakota as often as Trudi (*has*: É possível que esses dados intuitivos (e reconhecivelmente polêmicos) sejam o produto de acento contrastivo sobre o segundo sujeito *Trudi*. A dependência do acento se mostra pela irreduzibilidade de *has* em *I don't think anyone should go to North Dakota as often as Trudi has*, onde não há qualquer acento contrastivo sobre *Trudi*.

Assim, concluímos que a forma básica das regras de contração e apagamento de *is* é:

21 Contração



22 Apagamento



Uma forma mais geral da regra de contração mostra que ela opera diante de uma consoante ou de pausa, —. Essa consoante é, então, geralmente eliminada por 22. Mas aqui estamos lidando especificamente com a contração e o apagamento de *is*, cujos condicionamentos variáveis são bem conhecidos. Os condicionamentos precedentes mostram que a regra é favorecida por um pronome-sujeito (que em geral termina com vogal) ou por algum outro sintagma nominal que termina com uma vogal ou um *glide*. Esse condicionamento é invertido no apagamento, que é favorecido por [+consonantal]. Os condicionamentos subsequentes mostram que a regra é favorecida por um verbo subsequente, especialmente se esse verbo for uma forma do futuro (*gonna, gon*). Se o elemento seguinte não for um verbo, então a regra é favorecida se não for um sintagma nominal — ou seja, se for um locativo ou um adjetivo. A ordenação vertical dos condicionamentos variáveis dentro dos parênteses angulados reflete sua força, mas não existe força relativa indicada aqui entre as restrições precedentes e subsequentes.

Os dados completos que apóiam 21 e 22 são apresentados no cap. 3 de Labov 1972a. Há algumas questões não resolvidas na regra de contração acerca do efeito do sintagma nominal subsequente quando há um sintagma nominal precedente; nessa situação, alguns grupos de BEV parecem diferir de outros. De resto, os condicionamentos são totalmente independentes e se repetem em cada um dos grupos vernaculares que temos estudado. A tabela 8.4 mostra uma pequena parte do padrão: o efeito do ambiente gramatical subsequente sobre o apagamento de *is* com pronomes-sujeitos. Para cada um dos três grupos adolescentes de

Nova York, a frequência de apagamento aumenta regularmente ao longo desses quatro ambientes. Abaixo deles há números extraídos dos estudos de Wolfram com falantes negros em Detroit: nesse caso, trata-se de uma população de classe operária, com entrevistas individuais de adultos e adolescentes. Em geral, esses falantes de Detroit seguem as regras 21 e 22 no tratamento de *is*. A tabela 8.4 mostra que eles seguem o mesmo padrão para os quatro ambientes gramaticais dos grupos de Nova York

TABELA 8.4
EFEITO DO AMBIENTE GRAMATICAL SUBSEQUENTE
SOBRE O APAGAMENTO DE *IS* NO BEV COM PRONOME-SUJEITO

	% de apagamento antes de			
	sintagma nominal	adjetivo locativo	verbo	gonna
NOVA YORK				
Thunderbirds	35%	51%	74%	91%
Cobras	53	77	80	100
Jeis	63	72	78	95
DETROIT				
Classe operária	37	46	50	79

Fonte: Labov *et al.*, 1968: 3-4, e Wolfram, 1969: 211.

As regras de contração e apagamento 21 e 22 não são simples resumos do desempenho de grupos particulares. São condicionamentos gerais que refletem o sistema lingüístico de falantes de BEV em diversas áreas. Não somente as amostras de Nova York e Detroit coincidem, como também encontramos padrão semelhante em Washington, como mostra a análise de conversas de Loman (1967); em San Francisco, como mostra Mitchell-Kernan (1969) em seu estudo detalhado de dois falantes adultos; em Los Angeles, como se vê em estudos menos detalhados de crianças negras pequenas (Legum *et al.*, 1971).

Estamos agora em condições de examinar mais de perto o caráter formal dessas regras variáveis. Aqui seguirei a interpretação formal desenvolvida por Cedergren & Sankoff (1972), aceitando suas modificações da interpretação original semi quantitativa de Labov 1969²². Precisamos

²² O modelo original apresentado em Labov 1969 tem dois defeitos relacionados. Já

antes reexaminar o significado da quantidade ϕ , que representa a proporção de casos em que uma regra se aplica em relação a todos os casos em que se poderia aplicar. Numa discussão anterior, ϕ foi usada para a frequência real de uma regra numa dada amostra. Mas tais frequências não podem ser vistas como um aspecto da regra em si mesma. Em vez disso, ϕ deve ser vista como a *probabilidade* da regra se aplicar a qualquer amostra dada com qualquer configuração dada de ambientes relevantes. A hipótese explicitada por Cedergren & Sankoff é a de que cada um dos condicionamentos variáveis atribui uma contribuição independente a essa probabilidade: essa hipótese é da maior importância para a teoria lingüística, pois oferece a primeira justificativa de peso para o lingüista reunir regras individuais em esquemas de regras.

Há uma boa base empírica, derivada do estudo da mudança lingüística, para se considerar que a maioria das regras tendem a se aplicar ao máximo — a se generalizar a todos os ambientes e a se tornar categóricas num determinado ambiente (Labov 1972a, Wang 1969, Chen & Hsieh 1971) e a se reordenar para se aplicar ao máximo de casos (Kiparsky 1968). Dentro de um dado ambiente, será normal $\phi = 1$; numa regra variável haverá algum fator impedindo a regra de se aplicar, de modo que $\phi = 1 - k_0$. Se este fator limitador for $k_0 = 1$, então a regra não se aplicará de modo algum. Nos casos que estamos considerando, k_0 é limitado ou diminuído por uma série de fatores que favorecem a regra: uma probabilidade de *input* p_0 e condicionamentos variáveis como os de 21 ou 22. O efeito desses condicionamentos em limitar k_0 pode ser simbolizado como $V_1, V_2, V_3 \dots V_n$. Assim, a fórmula geral para a probabilidade de dada regra variável se aplicar é

$$23 \quad \phi = 1 - k_0$$

$$24 \quad k_0 = (1 - p_0) (1 - V_1) (1 - V_2) \dots (1 - V_n).$$

que era aditivo, um postulado de ordenação geométrica era necessário para evitar que as contribuições de condicionantes individuais totalizassem mais do que 1. Esse tipo de ordenação nem sempre foi encontrado, por isso houve casos em que as duas restrições mais importantes tiveram, *grosso modo*, o mesmo efeito sobre a regra. Por conseguinte, um incremento no efeito de uma restrição necessariamente implicaria um decréscimo no efeito da outra, e assim elas não seriam independentes em sua ação.

Se determinado condicionamento variável $\langle +\text{traço} \rangle$ não estiver presente, então $v_i = 0$, e a probabilidade da regra se aplicar não é afetada. Se o traço estiver presente, então o fator $(1 - v_i)$ opera para diminuir o fator limitador k_0 e, assim, aumenta a probabilidade da regra se aplicar nesse ambiente.

Esse modelo de Cedergren & Sankoff se baseia na hipótese de que os condicionamentos variáveis são independentes e contribuem com o mesmo elemento V_i para a probabilidade da regra, independentemente de quaisquer outros condicionamentos presentes. Eles aplicaram esse modelo para estabelecer probabilidades subjacentes para os condicionamentos variáveis sobre a contração de *is* refletida na tabela 6 de Labov 1969 (Labov 1972a, cap. 3), usando uma forma ligeiramente diferente da regra de contração 21³³. Por meio do método estatístico de probabilidade máxima [*maximum likelihood*], eles produziram a estimativa de 0,27 para a probabilidade de *input* p_0 e cinco outras estimativas para V_i , situadas entre 0,13 e 0,90. Assim, podem prever a tabela original com doze células (quatro ambientes subsequentes e três precedentes) com apenas seis parâmetros. Os resultados são bastante próximos: em oito células, a fórmula prevê os números originais dos casos na tabela; em quatro células a previsão difere em um caso*.

Cedergren & Sankoff aplicaram seu modelo à investigação quantitativa de diversas outras regras variáveis no espanhol do Panamá e no francês de Montreal. O trabalho em curso de G. Sankoff, Cedergren e colaboradores em Montreal está levando a investigação das regras variáveis

³³ A demonstração de Cedergren & Sankoff tomou como restrições variáveis as categorias sob as quais os dados foram tabulados. Mas em termos de traços subjacentes, vários deles se sobrepõem. Assim, um [+Pro] precedente termina com uma vogal, de modo que também é [+V] do mesmo modo como sintagmas nominais [-Pro] que terminam com uma vogal como *Joe*. A independência desses traços subjacentes deveria decorrer do método, se, de fato, eles representassem a análise correta.

* Para maiores detalhes sobre a história dos modelos matemáticos usados pela sociolinguística quantitativa e para detalhes sobre o modelo atualmente usado (logístico), cf.: (1) Anthony Julius Naro, Modelos quantitativos e tratamento estatístico, in: M^{rs} Cecilia Mollica, M^{rs} Luriza Braga (orgs.), *Introdução à sociolinguística e tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 15-26; (2) Gregory R. Guy, Introdução à análise quantitativa da variação lingüística, in: Gregory R. Guy, Ana Zilles, *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007, pp. 11-46; (3) Sali A. Taglia-monte, *Analyzing Sociolinguistic Variation*. New York: Cambridge University Press, 2006 (n. da tradução).

a um nível superior de explicitabilidade. Pelo uso do método estatístico de probabilidade máxima (*maximum likelihood*), é possível confirmar ou rejeitar a hipótese de independência de condicionamentos variáveis em qualquer instância particular e, assim, oferecer dados fundamentais para validar a operação lingüística básica de composição de esquemas de regras.

Dada uma série de regras lingüísticas

- 25 a. X → Y/A _____ C
 b. X → Y/A _____ D
 c. X → Y/B _____ C
 d. X → Y/B _____ D
 e. X → Y/ _____ C
 f. X → Y/ _____ D

os lingüistas acreditam que é econômico e revelador representar todas essas possibilidades com um único esquema de regras como:

$$26 \quad X \rightarrow Y / \left(\begin{matrix} A \\ B \end{matrix} \right) \left(\begin{matrix} C \\ D \end{matrix} \right)$$

O argumento geral de Chomsky e Halle é que as notações abreviadas de 26 ou semelhantes, que levam ao máximo de economia, nos dão informações reais sobre as estruturas formais disponíveis ao aprendiz da língua (1968: 331). Contudo, argumentos baseados na simplicidade nem sempre têm sido convincentes. No estudo da mudança lingüística em progresso, frequentemente encontramos regras que se expandem para gerar formas mais complexas (Cohen 1970), e é possível que alguém afirme que ainda não se obteve nenhuma prova conclusiva por meio da simplicidade relativa³⁴.

A demonstração de Cedergren & Sankoff se torna agora um ponto fundamental neste argumento. Se as várias sub-regras agrupadas no esquema 21 tivessem de ser dissolvidas em regras individuais, isso equivaleria a dizer que os condicionamentos variáveis não são independentes e que é impossível chegar a estimativas de v_i que predissessem esses dados. A própria existência de contribuições estáveis para a probabilidade de uma regra por condicionamentos variáveis demonstra a validade do

³⁴ Cf. a introdução de Lakoff (1971), onde ele argumenta que não houve nenhuma explicação satisfatória na sintaxe por meio da simplicidade ou de uma medida de avaliação interna.

esquema de regras. A hipótese da independência de condicionamentos variáveis é equivalente à hipótese de que esquemas de regras são significativos. Mas é somente com dados quantitativos que podemos obter demonstrações convincentes dessa afirmação.

Além das evidências internas e da confiabilidade das regras de contração e apagamento, há outras comprovações da validade de nossa explicação. As pessoas não têm nenhuma dificuldade em repetir a cópula em testes de imitação (Labov *et al.* 1968: 3.9, Labov 1972a: cap. 2), e apresentam pouquíssimos problemas nos testes de compreensão desse elemento. A esse respeito, a cópula contrasta fortemente com o -s-de 3ª pessoa do singular, que não corresponde a nenhum elemento da estrutura gramatical do BEV³⁵.

Até agora, não dissemos nada sobre a probabilidade de *input* p_o . Esta seção se ocupou de problemas de estrutura lingüística interna, mas deve ter ficado claro pela tabela 8.3 que os falantes de Detroit estão operando com um p_o mais baixo, o qual em geral é sensível a parâmetros sociolingüísticos como idade, filiação a grupos e *status* socioeconômico. Essas variáveis operam diretamente sobre p_o em nossa representação e produzem funções que podem ser isoladas dos condicionamentos internos mais estáveis sobre as regras lingüísticas. Essas variáveis sociolingüísticas são o tema da seção 3 abaixo.

3. Concorância negativa

Para o terceiro exemplo da análise da estrutura lingüística em seu contexto social, considerarei o problema que gira em torno do enunciado

27 It ain't no cat can't get in no coop.

³⁵ A abordagem experimental de Torrey da compreensão da sintaxe usou desenhos que ilustravam a diferença entre *passado* e *presente* ou *singular* e *plural*. Ela testou crianças negras do ensino secundário em sua habilidade de usar várias flexões na fala e na compreensão, antes e depois de um período de treinamento. O plural operou num alto nível desde o começo, e a cópula respondeu rapidamente à prática. Mas no caso do -s de 3ª pessoa do singular, houve uma clara diferença entre duas situações. Os secundaristas não tiveram dificuldade alguma em usar o -s para distinguir *presente* de *passado* como em *The man hits the dog* vs. *The man hit the dog*. Mas não tiveram nenhum sucesso, antes ou depois do treinamento, em usar o -s para distinguir singular de plural, como em *The cat splashes* vs. *The cats splash*. Podemos concluir que eles têm uma regra que afirma, *grosso modo*: "Insira um -s em verbos no presente em situações formais" (1972).

["Não tem nenhum gato que consiga entrar num pombal" — literal: "Não tem nenhum gato que não consiga entrar em nenhum pombal"]

Quem disse isso foi Speedy, o chefe dos Cobras, numa de nossas sessões em grupo, numa discussão sobre pombaus. Falantes de qualquer outro dialeto do inglês que não o BEV interpretam 27 com o sentido de: "There is no cat that can't get into any coop" ["Qualquer gato consegue entrar num pombal"]. Eles ficam muito surpresos ao descobrir, pelo contexto, que Speedy estava negando que os gatos fossem um problema, pois o sentido que *ele* dava à sua frase era: "There isn't any cat that can get into any coop" ["Nenhum gato consegue entrar num pombal"]. À primeira vista, parece que os falantes de BEV se comportam de modo ilógico, contraditório. Se os dialetos não diferem radicalmente em sua estrutura profunda, como sugerido acima, então como é possível que uma frase negativa num dialeto seja positiva em outro?

Primeiramente, alguém poderia perguntar se Speedy simplesmente não cometeu um erro. Não é o caso, pois encontramos meia dúzia de outros exemplos da mesma construção em nosso trabalho na comunidade negra. Muito convincente é o exemplo de um longo poema épico do folclore negro — falando de uma prostituta, o narrador diz: "There wasn't a son of a gun who this whore couldn't shun" [literal: "Não havia nenhum filho-da-mãe que dessa prostituta não conseguisse escapar"], significando que ela era tão boa que "There wasn't any customer that could shun her" ["não havia cliente algum capaz de escapar dela"].

Observamos que os exemplos normalmente tinham três características em comum:

- (a) havia duas frases, e na segunda aparecia uma negativa contraditória;
- (b) havia uma outra negativa na primeira frase, e
- (c) a primeira frase também continha um advérbio indeterminado como *ever* ou *any* (negativa mais *any* = *no*).

Esses três fatos nos levaram a vincular o fenômeno à "concordância negativa", o processo pelo qual as negativas são atraídas para os indeterminados. Nessa pesquisa, novamente achamos necessário levar o argumento mais adiante em termos de nossas intuições gramaticais (como falantes nativos do inglês-padrão e de vários dialetos brancos não-padrão). Podemos começar com a formulação gerativa oferecida por Kip-

ma (1964) para a observação de Jespersen e outros de que em inglês a negação é obrigatoriamente atraída para o primeiro indeterminado se este preceder o verbo, e opcionalmente para o primeiro indeterminado logo a seguir. Assim, em vez de **Anybody doesn't sit there* ["Alguém não se senta ali"], temos por regra obrigatória: *Nobody sits there* ["Ninguém se senta ali"]. Por outro lado, há uma regra meramente opcional (e, de algum modo, estilisticamente formal) que muda *He doesn't sit anywhere* ["Ele não senta em qualquer lugar"] para *He sits nowhere* ["Ele senta em nenhum lugar"]. Se continuássemos a considerar somente o inglês-padrão, poderíamos escrever uma regra que toma a negativa inicial como um traço da frase e a distribui diretamente pelas várias posições com as condições indicadas. Mas o estudo de diversos dialetos do inglês nos leva à conclusão de que a regra de atração negativa que incorpora a negativa ao primeiro indeterminado é de um caráter muito distinto das outras. Parece haver três regras distintas, todas operando *depois* que a negativa é colocada em sua posição pré-verbal normal, as quais podemos esboçar em linhas gerais aqui. A primeira é a regra categórica de atração negativa (ARANEGB):

28 ARANEGB (obrigatória para todos os dialetos)
Indet - X - Neg

1 2 3 → 3 + 1 2

Não somente essa regra é obrigatória para todos os dialetos como também as frases em que não é aplicada, como **Anybody doesn't sit there*, são seguramente não-inglesas: em testes de repetição (Labov *et al.* 1968: 3.9), frases assim só provocam confusão e ninguém consegue repeti-las. Há condições que suspendem a força obrigatória dessa regra, como um elemento hipotético ou negativo precedente; uma exposição exata delas requer uma discussão mais ampla (cf. Labov 1972a: cap. 4). Mas a investigação detalhada de ARANEGB nos leva à conclusão de que essa regra reflete uma exigência cognitiva para a organização dos traços dos indeterminados em relação à negativa. A condição geral é que quantificadores universais não podem preceder um predicado negativo simples se contiverem os traços [+DISTRBUTIVO], como *each* ["cada"], e, de forma alguma, se contiverem [-FACTUAL], como *any* ["algum"] ou "qualquer".

As duas próximas regras são de um caráter diferente:

29 Posposição da negativa (opcional; só para o inglês-padrão literário)

Neg - X - Indet

1 2 3 → 2 1 + 3

30 CONCORDNEG (opcional; só para dialetos não-padrão)

Neg-X-Indef
1 2 3 → 1 2 1+3

Estas duas regras são complementares e desempenham a mesma função enfática. Em lugar de *He doesn't sit anywhere*, a primeira regra nos dá *He sits nowhere*, e a segunda regra pleonástica gera *He don't sit nowhere* ["Ele não senta em nenhum lugar"]. A regra 30 se aplica sem consideração a fronteiras de frase; assim, podemos ter *He doesn't like nobody that went to no prep school* ["Ele não gosta de ninguém que foi a nenhuma escola preparatória"], que corresponde ao inglês-padrão: *He doesn't like anybody that went to any prep school* ["Ele não gosta de alguém que foi a alguma escola preparatória"]. Também há alguns dialetos brancos não-padrão [WNS₂] que podem transferir a negativa para a posição pré-verbal, de modo que temos **Anybody doesn't sit there* → *Nobody sits there* → *Nobody don't sit there*. O BEV compartilha esta propriedade.

A pesquisa gramatical cuidadosa de nossas entrevistadas e sessões de grupo nos mostra agora que o BEV exibe uma diferença surpreendente em relação aos demais dialetos. A regra 30 não é variável, mas obrigatória para o BEV dentro da mesma frase. Para os membros efetivos dos grupos de pares BEV, verificamos que essa concordância negativa opera, não num nível de 95 ou 98%, mas de 100%, em 42 de 42 casos, 63 de 63 etc., ao passo que nossos grupos brancos correspondentes exibem variação inerente. Isso significa que a função enfática da concordância da negação se perdeu inteiramente no BEV; se a regra é obrigatória, ela não tem significado estilístico ou contrastivo. Essa função enfática é suplantada pelo BEV através de várias extensões das regras de negação, não usadas pelos dialetos do Norte, tais como a *inversão da negação*: *Nobody can do it* → *Aint nobody can do it* ["Ninguém (não) pode fazer isso"]; *Nobody saw him* → *Diant nobody see him* ["Ninguém (não) viu ele"]. O BEV também estende a regra 30 para permitir a transferência da negação para a posição pré-verbal *numa frase subsequente*. É esse o uso enfático que produz 27: *It aint no cat cant get in no coop*.

Vemos, por fim, que a aparente "contradição" de 27 não é uma diferença em operações lógicas entre dialetos, mas somente um ligeiro reajuste das condições sobre uma transformação. Podemos reescrever 30 agora como

30' CONCORDNEG

Neg-X- $\left\{ \begin{array}{l} \text{Verb} \\ \text{Indef} \end{array} \right\}$
1 2 3 → 1 2 1+3

e estabelecer a tabela de condicionamentos abaixo. Esta tabela está na forma de valores de ϕ , onde 0 significa que a regra nunca se aplica, X significa que é uma regra variável como $0 < \phi < 1$, e 1 significa que a regra é obrigatória.

	1 e 3 concordam?	Sim	Não	Sim	Não
SE		0	0	0	0
WNS ₁		X	X	0	0
WNS ₂		X	X	X	0
BEV		1	X	X	X

[SE = Inglês Padrão; WNS = Dialetos brancos não-padrão; BEV = Inglês negro vernacular]

Aqui fazemos uso da distinção entre uma regra variável e uma regra obrigatória independente, de um modo novo: a regra variável tem uma função comunicativa — nesse caso, valor "estilístico", "expressivo" ou "enfático" —, enquanto a regra invariante não tem nenhuma: ela simplesmente facilita a expressão de escolhas já feitas. Uma vez mais, uma concepção estrutural aparece quando uma regra variável se torna invariante e a informação se perde: o BEV estende a concordância negativa a novos ambientes para compensar essa perda. O BEV tem, assim, as propriedades de um sistema separado, já que as mudanças em uma parte do sistema parecem ser inevitavelmente acompanhadas de mudanças compensatórias em outra parte para manter a mesma operação funcional.

3. ESTRUTURA SOCIOLINGÜÍSTICA

Podemos definir uma *variável sociolinguística* como correlacionada com alguma variável não-lingüística do contexto social: o falante, o interlocutor, o público, o ambiente etc. Alguns traços lingüísticos (que chamaremos de *indicadores*) mostram uma distribuição regular pelos grupos socioeconômicos, étnicos e etários, mas são usados por cada indivíduo mais ou menos do mesmo modo em qualquer contexto. Se os

contextos sociais puderem ser ordenados em algum tipo de hierarquia (como grupos socioeconômicos ou etários), podemos dizer que tais indicadores são *estratificados*. Variáveis sociolinguísticas mais altamente desenvolvidas (que chamaremos de *marcadores*) não somente exibem distribuição social, mas também diferenciação estilística. Como observamos na seção 1, o contexto estilístico pode ser ordenado ao longo de uma única dimensão, segundo o grau de atenção prestado à fala, de modo que temos *estratificação* tanto *estilística* quanto *social*. Estudos anteriores como os de Fischer (1958) ou Kučera (1961) observaram as variáveis linguísticas somente numa dimensão a cada vez, porém estudos mais recentes (Labov 1966a; Wolfram 1969; Anshen 1969; Trudgill 1971) contemplaram a inter-relação de ambas as dimensões.

Um marcador sociolinguístico estável: (ing)

Um dos marcadores sociolinguísticos mais gerais em inglês é (ing): a presença ou ausência de uma velar final no /ing/ átono. A variante formal é sempre a velar, com algumas interessantes exceções em áreas do Sul³⁶. Há algumas questões técnicas na definição dessa variável que nem sempre receberam a merecida atenção. Uma abordagem ingênua se concentra no sufixo *-ing* como se a variável fosse uma alternância na forma desse morfema, desconsiderando o *-ing* átono em *something* e *nothing*. Em diversos dialetos sulistas (p. ex., Atlanta), os trissílabos *anything* e *everything* escapam da regra e são realizados sempre com a variante [ɪŋ]: provavelmente o resultado de acento terciário na última sílaba. Por outro lado, alguns dialetos (deste da Nova Inglaterra) realizam [ɪŋ] com acento terciário em *workin'* [wɜ:kɪn], *fishin'* [fɪʃɪn]. Outras complicações podem surgir na medida em que alguns dialetos diferenciam nomes, participios e formas progressivas, de modo que fronteiras flexionais e derivacionais, # e +, aparecerão como restrições variáveis na regra. No tratamento mais extremo-Sul dessa variável, todos os nomes próprios estão também incluídos, tais como *Manning* [mɛ:nɪŋ].

³⁶ Um estudo do inglês da área de Austin (Texas) feito por Stanley Legum (comunicação pessoal) mostrou uma inversão incomum do padrão normal de (ing). Diversos informantes usaram a variante velar [ɪŋ] na situação de entrevista, mas mudaram para [ɪn] no contexto mais formal do estilo de leitura. Parece que estamos lidando com uma norma regional que eleva a variante [ɪn] como símbolo de identidade local, reconhecido mesmo por aqueles que não a usam em sua fala corrente.

Apesar dessas variações no processo de seleção, a operação dessa variável é extraordinariamente uniforme. Ainda que desconsideremos os detalhes observados acima, obteremos um padrão regular de estratificação estilística e social bastante semelhante ao apresentado para (th) nos capítulos 4 e 5. As primeiras observações de Fischer (1958) de (ing) mostram que essa variável reflete sensibilidade às variáveis sexo, formalidade e orientação cultural em relação à escola. A figura 8.3 mostra o padrão de (ing) do estudo do Lower East Side (Labov 1966a: cap. 10). Padrões semelhantes são obtidos por outros pesquisadores para variáveis sociolinguísticas bem estabelecidas como (ing), (th), (eh) e concordância negativa: esses padrões compartilham algumas propriedades comuns com a figura 8.3:

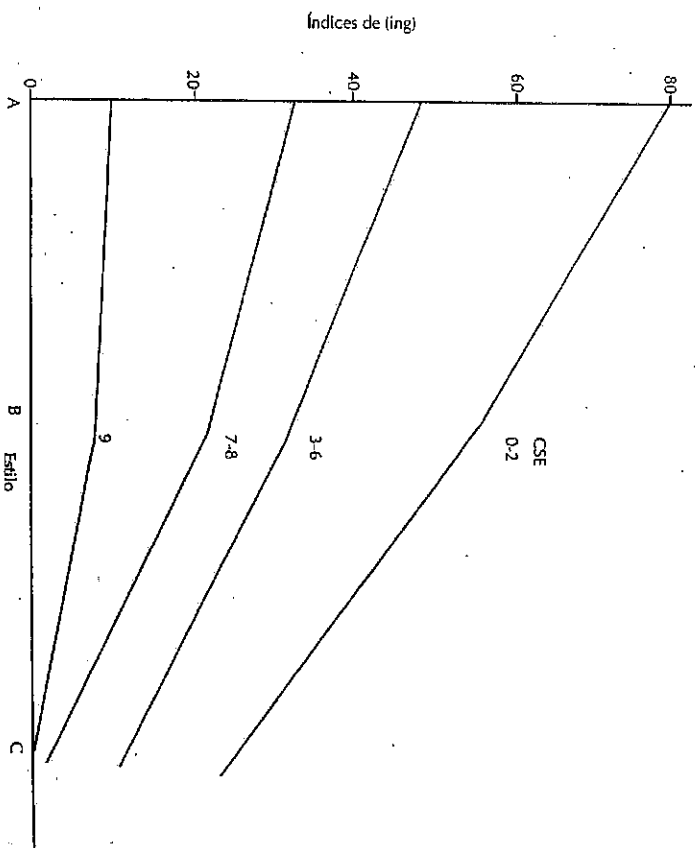


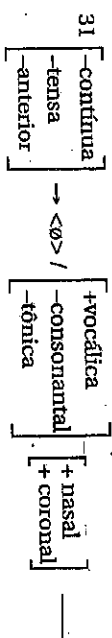
Figura 8.3 Estratificação de classe e de estilo de (ing) em *workin'*, *fishin'* etc.: para adultos norte-americanos brancos. Escala de classe socioeconômica: 0-2, 3-6, 7-8, 9. A, fala casual; B, fala monitorada; C, estilo de leitura*.

* Os gráficos nas figuras 8.3 e 8.4 se referem à ausência da velar [ɪŋ], ou seja, ao uso da variante alveolar [ɪn] (n. da tradução).

- a. Em qualquer contexto, os membros da comunidade de fala se diferenciam pelo uso de (ing); de modo que índices mais altos e mais baixos dessa variável estão diretamente correlacionados a posições mais altas e mais baixas nos índices socioeconômicos.
- b. Além disso, cada grupo se comporta do mesmo modo, como indicam as linhas inclinadas paralelas da alternância estilística de (ing), de modo que índices mais altos e mais baixos para essa variável estão diretamente correlacionados a posições mais altas e mais baixas numa escala de formalidade do contexto.
- c. Uma vez que a figura 8.3 não é visível como um todo para o conjunto das pessoas, os fatos (a) e (b) não fazem parte do conhecimento geral. A porção da figura 8.3 visível a qualquer indivíduo é normalmente um corte vertical e um corte horizontal: o espectro de alternância estilística usado por seu próprio grupo, e o comportamento estratificado de outros grupos nos poucos contextos em que tal indivíduo interage com eles. Ele não tem consciência de que os outros alternam do mesmo modo que ele.
- d. A mesma variável sociolinguística é usada para sinalizar a estratificação social e estilística. Pode ser difícil, portanto, interpretar qualquer sinalização por si mesma — distinguir, por exemplo, o estilo casual de um vendedor do estilo monitorado de um soldador.³¹
- e. Embora seja impossível prever, para qualquer enunciado, qual variante um falante usará, a nítida regularidade da figura 8.3 emerge de amostras com apenas cinco indivíduos em um subgrupo, e não mais do que cinco ou dez enunciados num dado estilo para cada indivíduo.

O fato de (ing) ser uma função regular de classe social e estilo contextual é de grande importância na sua caracterização como variável sociolinguística estável. A regra que governa essa variável pode ser formulada como 31:

³¹ Esse é um dos resultados mais notáveis da pesquisa sociolinguística, já que os textos sobre uso social, escritos a partir do conhecimento do "senso comum", vêm tentando distinguir "variedades funcionais" e "variedades culturais" como dimensões completamente independentes. Mas sua interdependência é mostrada neste e em todo estudo empírico cuidadoso até o presente. Embora possa parecer inconveniente ter uma variável operando em ambas as dimensões, este parece ser um resultado inevitável dos processos sociolinguísticos que envolvem atenção à fala e percepção de normas, como esboçado abaixo.



Não estamos preocupados aqui com nenhum condicionamento variável que possa influenciar essa regra, mas sim com a determinação do *input* variável P_0 . Os dois maiores determinantes desta quantidade são classe socioeconômica e estilo contextual: idade, sexo e grupo étnico desempenham papel secundário. Para (ing) e as demais variáveis sociolinguísticas, a função assume a forma geral:

$$32 \quad P_0 = a \cdot (\text{CSE}) + b \cdot (\text{estilo}) + c$$

[CSE = classe socioeconômica]

A sugestão de 32 de que isso é uma função linear vai além dos dados disponíveis, uma vez que não podemos ainda quantificar a dimensão do estilo. Talvez seja possível fazer isso em estudos futuros que desenvolvam a noção de que os estilos são organizados segundo o grau de atenção prestado à fala, mas no momento essa falta de quantificação é uma séria limitação.

A função 32 afirma concisamente a informação básica afirmada em (a) e (b) acima: que os marcadores sociolinguísticos estáveis organizam a variação linguística de um modo diretamente paralelo a outros índices hierárquicos de *status* social. No capítulo 9, veremos que eles contrastam nitidamente quanto a isso com as variáveis sociolinguísticas que refletem mudança em progresso.

Os cinco traços gerais a-e valem para diversos marcadores sociolinguísticos que têm sido estudados nas pesquisas acima. Não dispomos de uma visão completa da estratificação social e estilística na maioria desses estudos: alguns fornecem dados apenas sobre seções relativamente pequenas do padrão da figura 8.3 e seus equivalentes, enquanto outros cobrem um espectro mais amplo. Mas todos esses dados podem ser interpretados em termos dessa configuração e se encaixam no padrão. Vários estudos têm demonstrado isso para (th) e (dh), entre a população branca e negra (Labov 1966a; Labov *et al.* 1968; Anshen 1969). Concordância negativa e colocação pronominal foram estudadas por Shuy, Wolfgram e Riley em Detroit (1967). Diversas variáveis do espanhol foram estudadas por Ma e Herasimchuk em falantes porto-riquenhos: a variável mais

intrincada e sistemática é (S), a aspiração e o apagamento do /s/ final de sílaba, que é geralmente de grande importância por todo o mundo hispanfôno. Ma e Herasimchuk deram uma boa visão da estratificação estilística dessa variável. Cedergren estudou o (S) em seu trabalho sobre o espanhol panamenho, onde encontrou uma correlação linear com o *status* socioeconômico. O mesmo se pode dizer de (R), o desvozeamento, fricativização, faringalização e apagamento do /r/ final de sílaba (cf. cap. 9 a seguir). Sankoff e seus colaboradores em Montreal estão começando a produzir relatórios detalhados sobre diversas variáveis do francês que mostram o padrão da figura 8.3, incluindo o apagamento de (l), presença ou ausência de (que) e vários outros. Trudgill (1971) estudou diversas variáveis no sistema vocálico de Norwich (Inglaterra): de novo, o contraste

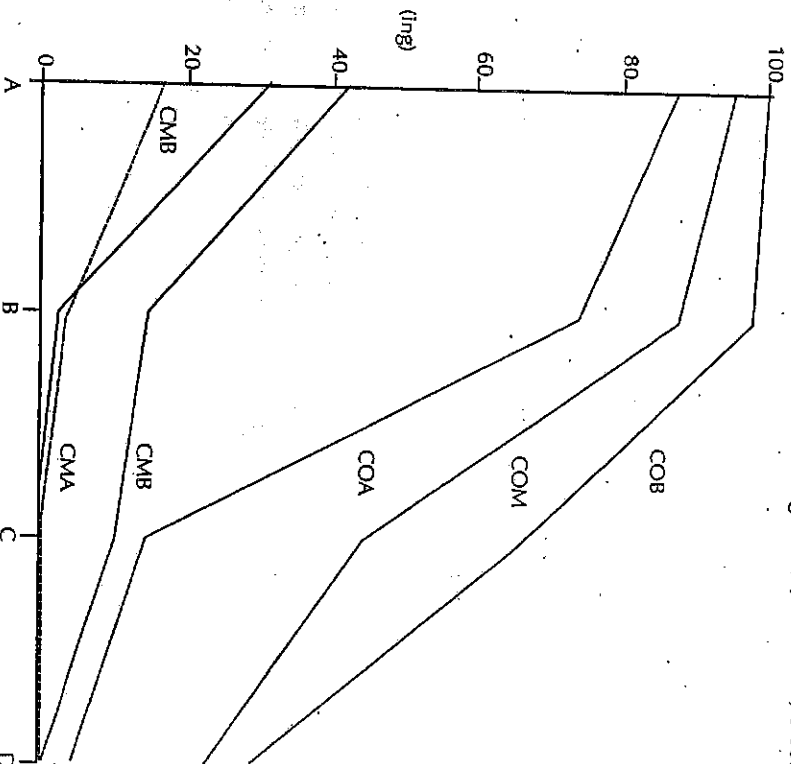


Figura 8.4 Estratificação de classe e estilo de (ing) em Norwich (adaptado de Trudgill, 1971). A, fala casual; B, fala monitorada; C, estilo de leitura; D, lista de palavras.

entre variáveis sociolingüísticas estáveis e mudanças em progresso é da maior importância. A generalidade e a estabilidade da variável (ing) se refletem novamente nos dados de Trudgill, obtidos de uma área bastante remota daquelas onde tal variável se localizava originalmente. A figura 8.4 mostra o padrão linear de (ing) em Norwich, que coincide em todos os aspectos essenciais com o padrão da figura 8.3.

As cinco propriedades a-e estão preservadas intactas. Além disso, podemos ver que a figura 8.4 é um bom exemplo de *estratificação abrupta* em oposição à estratificação suave. A esse respeito, o (ing) de Norwich é mais semelhante ao (th) de Nova York na figura 4.1, onde os grupos de classe operária e classe média estão nitidamente separados. Em contraste, o padrão do (r) e do (ing) nova-iorquinos mostra uma variação gradual onde não há nenhuma descontinuidade nítida entre uma classe social e a outra.

Uma visão superficial dessa regularidade nos levaria a concluir que tudo o que os estudos sociolingüísticos posteriores podem fazer é revelar mais correlações lineares. Mas cada um desses estudos levou a *insights* mais profundos sobre a relação dos determinantes internos e externos da estrutura e da mudança lingüísticas. Sem uma linha básica de marcadores sociolingüísticos estáveis, não há como investigar questões mais abstratas: o contraste entre mudança e estabilidade; entre traços fonológicos e gramaticais; entre estratificação abrupta e suave, ou entre regras abstratas de nível alto e padrões fonéticos de nível mais baixo; o papel da função referencial *vs.* informação sociolingüística expressiva; a interação de sexo com classe social e *status* étnico; o padrão de hipercorreção do segundo grupo de mais alto *status* social; e diversas outras questões que pressupõem, todas, que tenhamos estabelecido a orientação sociolingüística básica da comunidade com marcadores sociolingüísticos estáveis.

Homens vs. mulheres

Existe um aspecto regular da estratificação social de variáveis estáveis que não aparece na figura 8.3. Na fala monitorada, as mulheres usam menos formas estigmatizadas do que os homens (Labov 1966a: 288) e são mais sensíveis do que os homens ao padrão de prestígio. Elas mostram isso numa linha inclinada acentuada da alternância estilística, sobretudo no extremo mais formal do espectro. Essa observação é con-

firmada inúmeras vezes, em Fischer (1958), em todo o trabalho de Shuy & Fasold em Detroit, em Levine & Crockett, e no estudo de Anshen em Hillsboro. O padrão é particularmente marcado nas mulheres da classe média baixa, que exibem a forma mais extrema desse comportamento. No exemplo de (ing), encontramos o padrão usual de diferenciação de sexo e, no estudo de Trudgill em Norwich, as mulheres têm menores valores de (ing) em quase todos os estilos e classes sociais. Na figura 8.4, indicamos essa diferenciação apenas para uma classe social. Aqui o índice de (ing) em mulheres de classe média baixa mostra um uso menor da forma não-padrão do que o da classe média alta como um todo. Excetuando-se uma porcentagem pequena de formas [ɪn] na fala casual, as falantes de classe média usam exclusivamente a forma padronizada [ɪŋ]. Aqui, como em toda parte, fica claro que as mulheres são mais sensíveis do que os homens aos valores sociolinguísticos explícitos. Mesmo quando usam as formas mais extremas de uma variável sociolinguística em avanço em sua fala casual (cap. 6), as mulheres se corrigem mais nitidamente do que os homens nos contextos formais. O capítulo 9 examinará mais detalhadamente esse padrão de diferenciação de sexo com relação ao processo de mudança linguística.

O padrão de hipercorreção da classe média baixa

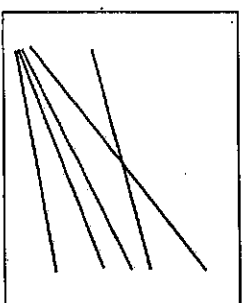
Um dos fenômenos do comportamento sociolinguístico mais solidamente estabelecidos é o de que o segundo grupo de *status* social mais alto exibe a alternância estilística mais extrema, ultrapassando o grupo de maior *status* nesse aspecto. O capítulo 5 apresentou o padrão em maior detalhe, extraído dos dados do estudo do Lower East Side de Nova York. Dado esse padrão, podemos encontrar fenômenos paralelos por toda a literatura citada acima. Shuy, Wolfram & Riley (1967) e Wolfram (1969) mostram diversos casos em que a maior alternância estilística é exibida pelo segundo grupo de *status* social mais alto. Em sua maioria, são traços linguísticos estáveis estigmatizados. Os exemplos mais nítidos do padrão de hipercorreção se encontram em mudanças de cima para baixo, como na importação da nova norma de pronúncia do *r* para áreas do leste dos Estados Unidos anteriormente sem-*r*. A figura 4.2 de estratificação social do (r) na cidade de Nova York nos deu a visão clássica do padrão de ultrapassagem. Uma corroboração enfática deste padrão é oferecida pelo estudo de Levine & Crockett do (t) em Hillsboro (Carolina

do Norte). A alternância de (t) em Hillsboro mostrada na tabela 9.7 (próximo capítulo) é uma alternância estilística entre frases em que o (t) não é o foco principal e listas de palavras onde ele é.

Aqui, dados de um estudo completamente independente, com um aspecto estilístico mais limitado, exibem o mesmo fenômeno de ultrapassagem como em Nova York. O segundo grupo de *status* social mais alto — no caso, diplomados do ensino médio — mostra uma alternância muito maior rumo à norma de prestígio no estilo mais formal. A importância desse padrão para o mecanismo da mudança linguística foi tratada nos capítulos 5 e 7 e será considerada no contexto mais geral do capítulo 9.

A generalidade de nosso princípio de que “o segundo grupo de *status* social mais alto exibe a alternância estilística mais evidente” é contestada pelos dados de Norwich na figura 8.4, onde o terceiro grupo de *status* social mais alto — a classe operária alta — exibe a alternância mais acentuada. Entre a fala casual e o estilo de leitura, a classe operária alta se move de (ing)-74 para (ing)-15*. No entanto, essa exceção só vale para os homens: no que diz respeito às mulheres, é novamente a classe média baixa que mostra a inclinação mais forte, e a correção exibida por esse grupo é de fato mais acentuada que a de qualquer outro grupo. A linha tracejada na figura 8.4 mostra os valores de (ing) para as mulheres da classe média baixa que se movem de (ing)-67 na fala casual para (ing)-03 na fala monitorada. A partir desse ponto, elas se fundem com a classe média alta no que diz respeito ao uso de (ing).

Admitida a estabilidade e generalidade desse padrão complexo, será interessante ver se alguma simplificação formal pode ser alcançada. O padrão de ultrapassagem pode ser abstratamente representado como:



* Convém sempre enfatizar que (ing) aqui se refere ao uso da alveolar [ɪŋ], que é a forma de menor prestígio (n. da tradução).

O desenho da alternância estilística é realmente complexo. Os grupos mais alto e mais baixo têm a inclinação menos abrupta; os grupos intermediários seguem atrás do segundo grupo de maior *status*, que tem a inclinação mais pronunciada. Como formalizar isso? A regra para a vocalização do (r) na comunidade branca tem a forma geral:

33 [+central] <-consonantal> / [-consonantal] ___ [-silábico]

Ou seja, um segmento central perde seu traço consonântico variavelmente em posição pós-vocalica se o elemento seguinte não for uma vogal. O problema aqui é escrever uma função para o condicionamento básico sobre o *input* variável P_0 comparável à clara e direta função 32. A solução reside numa compreensão da importância crucial da alternância estilística: ela é governada pelo reconhecimento de um padrão externo de correção. A força desse comportamento pode ser medida pelo grau de insegurança linguística (GIL). A tabela 5.1 nos mostra o padrão curvilíneo, com a classe média baixa no máximo, do qual precisamos para descrever as inclinações de alternância estilística mostradas acima. Podemos então escrever para 33 a seguinte função:

34 $P_0 = a * (CSE) + b * (GIL) + c$

(CSE = Escala de classe socioeconômica)

Problemas da estrutura sociolinguística

Como observamos acima, o problema mais imediato a ser resolvido na abordagem da estrutura sociolinguística é a quantificação da dimensão estilística. Se estudos quantitativos de atenção puderem ser relacionados à alternância estilística, será possível dar forma mais precisa a regras como 32 ou 34 e especificar as constantes a, b e c. Talvez essas quantificações possam ser obtidas por estudos de dilatação da pupila ou de divisões sistemáticas da atenção através de testes mecânicos e mensuráveis, ou pela redução quantitativa do audiomonitoramento através de níveis de ruído.

Também é evidente que diversos estudos citados não têm dados suficientes extraídos do estudo direto do vernáculo. A tarefa metodológica é combinar análises de indivíduos que nos deem uma amostra representativa com estudos de grupos a longo prazo. O estudo ideal de uma

comunidade identificaria pessoas aleatoriamente e, em seguida, investigaria diversos grupos dos quais essas pessoas são membros. Isso é quase impossível numa pesquisa social normal, por causa dos números exigidos, mas uma vez que tenhamos estabelecido que os estudos sociolinguísticos requerem uma população menor para começar, tal modelo não está fora da esfera das possibilidades.

Um terceiro problema reside em lidar com regras que mostram distribuição lexical irregular. Temos agora provas suficientes de que o curso da mudança linguística implica a dissolução temporária de classes de palavras³⁸. O problema mais difícil aqui é que existem distribuições entre classes de palavras que gostaríamos de descrever, mas que provavelmente não fazem parte do conhecimento do falante nativo. Por exemplo, somente uma pequena proporção de verbos ingleses com prefixos latinos mostram uma alternância de acento quando aparecem como nomes, como *convict* [V] e *convict* [N]; outros mantêm o acento final, como *consent* [V] e *consent* [N]. É possível mostrar que a proporção de palavras numa dada subclasse se relaciona com o comprimento do prefixo, mas essa regularidade não tem utilidade para o falante nativo, já que a maioria das palavras têm acento fixo. Mais um exemplo: a regra de tensãoamento do *a* breve na cidade de Nova York normalmente não opera em ambientes $_CV$, embora haja algumas exceções. O linguista tem interesse se em descobrir que a maioria dessas exceções têm uma sibilante como consoante medial C. Mas, em tais casos, o falante nativo, novamente, só precisa saber em que classe entra determinada palavra. A proporção de classes de palavras originais afetada pela regra nova não é de interesse imediato para ele se não tiver escolhido na pronúncia de um item específico. É possível que entremos com regras em nossa gramática que *não* fazem parte do "conhecimento" dos falantes nativos. Essa metáfora particular pode ter perdido seu valor neste ponto de nossas investigações.

³⁸ Embora as figuras 4.1 e 4.2 mostrem as classes de palavras se movendo como um todo, encontramos algumas regras que exibem uma grande margem de variação lexical irregular. O tensionamento do *a* breve em *bad*, *ask*, etc., investigado na cidade de Nova York por Paul Cohen (1970), mostra essa irregularidade, enquanto a regra de acentamento que se segue à regra de tensionamento não mostra (Labov 1968a: 51-52). É a existência de uma regra variável que permite que a classe de palavras seja reconstituída quando a mudança é completada, já que é definida como a classe de itens lexicais que pode variar entre X e Y, em oposição às classes que são sempre X ou sempre Y. Para algumas causas estruturais dessa variação lexical, cf. Wang 1969.

Um quarto grande desafio é o de entrar mais profundamente no estudo de variáveis sintáticas de nível superior, como extraposição, nominalização, colocação de complementizadores, alcance de negação, atração-ou ou relativização. Os dois principais obstáculos na investigação desses traços em seu contexto social são a baixa frequência de ocorrência dos subcasos cruciais e a falta de certeza em nossas análises abstratas. Mas de algum modo já começamos a fazer isso em nosso trabalho recente nas áreas de gueto urbano, e os desafios de trabalhar com questões mais abstratas não podem ser desconsiderados. O estudo da língua em seu contexto social não pode permanecer no nível das variáveis fonológicas do tipo (ing) se quiser dar uma contribuição importante aos problemas esboçados no início deste capítulo.

O quinto problema é ampliar o escopo desses estudos para além das comunidades de fala individuais e relacioná-los às gramáticas mais amplas da comunidade anglófona como um todo. A discussão da concordância negativa na seção 2 indica um modo como se pode fazer isso. O trabalho de C. J. Bailey é bastante representativo aqui, particularmente seus perspicazes estudos das regras fonológicas dos dialetos sulistas (1969a) e suas tentativas mais amplas de incorporar toda a fonologia do inglês num único conjunto de regras pandialetais (1969b). Embora esses estudos de Bailey não se baseiem no estudo da língua em contexto, podemos ter a esperança de fornecer dados confiáveis para apoiar o trabalho com esse grau de generalidade e esse nível de abstração.

A relação entre normas e comportamento

Até agora, em nossa consideração da estrutura sociolingüística, só levamos em conta o que as pessoas dizem, e só incidentalmente o que elas acham que *deveriam* dizer. Essas são as "respostas secundárias" à língua, que Bloomfield (1944) sugeriu que observássemos também como parte do saber popular. Existe um vocabulário muito restrito disponível à maioria das pessoas para falar sobre a língua: os mesmos e poucos termos reaparecem quando ouvimos dizer que outras pessoas falam "pelo nariz", falam "cantado", que sua pronúncia é "áspera" ou "gutural", "preguiçosa" ou "molenga". Da gramática se diz que é "confusa" ou "sem lógica".

Um pequeno número de marcadores sociolingüísticos ascendem à consciência social explícita e se tornam *estereótipos*. Pode haver ou não uma relação fixa entre tais estereótipos e o uso real. As variáveis (ing) e (dh) são estereótipos assim nos Estados Unidos: alguém pode ser acusado de "engolir os g's" ou de ser um desses "*dese dem and dose guys*". A maioria das comunidades têm estereótipos locais, como o "brooklynês" em Nova York, que se concentra no "*thoiy-thoid*" para *thirty-third* ["trinta e três"]. Em Boston, o *a* aberto frontal em "car" [caɪ] e "park" [paɪk] chama muito a atenção. Falantes do dialeto isolado de Cape Hatteras (Carolina do Norte) são conhecidos como "*noi roiders*" por causa da posteriorização e arredondamento do núcleo do ditongo em *high, tide* ["maré alta"] etc.

Esses estereótipos sociais oferecem uma visão fragmentada e assistemática da estrutura lingüística, para dizer o mínimo. Em geral, podemos afirmar que a *correção social* explícita da fala é extremamente irregular, concentrando-se nos itens lexicais mais frequentes, enquanto o verdadeiro curso da evolução lingüística, que produziu a forma marcada dessas variáveis, é altamente sistemático. Essa é a principal razão por que o vernáculo, no qual se presta o mínimo de atenção à fala, nos dá o retrato mais sistemático da estrutura lingüística. Por exemplo, a evolução do vernáculo da cidade de Nova York levou ao avanço da vogal em *off, lost, shore, more* etc. até sua fusão com a vogal de *sure* e *more*. A vogal alta tem sido estigmatizada e agora está sendo corrigida irregularmente por falantes de classe média. Mas a mesma vogal, simultaneamente alcançada no núcleo de *boy, toy* etc., nunca é corrigida.³⁹

As reações subjetivas, porém, não estão confinadas aos poucos estereótipos que ascenderam à consciência social. Julgamentos sociais inconscientes sobre a língua podem ser medidos por técnicas como o teste dos "falsos pares" de Lambert, e outros descritos na seção 1. Um princípio básico emerge: *as atitudes sociais para com a língua são extremamente uniformes dentro de uma comunidade de fala*⁴⁰. Os estudos de Lambert,

³⁹ Também verificamos que as vogais de *my* e *mouiti* são afetadas pela rotação das vogais longas e dionogadas de *bad, bar, lost*. Enquanto *bar* se move para trás, *my* se move com ela, e *mouiti* se move na direção oposta, para a frente. Mas de todas essas mudanças sistematicamente investigadas, só o avanço de *bad* e *lost* exibe alternância estilística e correção. Mesmo para esses casos, a correção é lexicalmente irregular.

⁴⁰ De fato, parece plausível definir uma comunidade de fala como um grupo de falantes que compartilham um conjunto de atitudes sociais frente à língua. Em Nova York, as pes-

por exemplo, mostram que a atitude negativa para com o francês canadense não é bastante uniforme somente na comunidade anglofona, mas quase unanimemente sustentada pelos falantes francófonos do Quebec (1967). Em nosso estudo das reações subjetivas inconscientes a marcadores com (r), encontramos a mais extraordinária unanimidade nas reações dos falantes, a despeito da grande variação no uso de [r] já descrita. Existe um axioma geral da estrutura sociolinguística que pode ser formulado assim: *o correlato da estratificação regular de uma variável sociolinguística no comportamento é a concordância uniforme em reações subjetivas a essa variável*. Esse princípio foi documentado no capítulo 6, onde vimos, na figura 6.2, que o desenvolvimento de diferenciação social de (r) entre falantes mais jovens correspondia à avaliação uniforme positiva de (r-1).

Quando reexaminamos as estruturas mostradas nas figuras 4.1 e 4.2, fica evidente que a inclinação uniforme de alternância estilística também reflete as atitudes uniformes sustentadas pela comunidade. Mas para um marcador sociolinguístico estável como (ing) ou (th), podemos perguntar: o que mantém essa estrutura por um período de tempo tão longo? Por que todas as pessoas não falam do jeito como elas obviamente acreditam que deveriam falar? A resposta habitual é citar a preguiça, a falta de cuidado ou o isolamento em relação à norma de prestígio. Mas não há fundamento para a idéia de que as formas vernaculares estigmatizadas sejam mais fáceis de pronunciar⁴¹, e existe comprovação sólida do cuidado das pessoas nas grandes cidades. A consideração atenta desse problema difícil nos levou a postular a existência de um conjunto oposto de normas encobertas, que atribui valores positivos ao vernáculo. Em situações mais formais em áreas urbanas, como uma entrevista ou um teste psicolinguístico, tais normas são difícilísimas de eliciar. Os valores de classe média são tão dominantes nesses contextos que a maioria das pessoas não consegue perceber nenhum dos valores opostos, por mais forte que seja a influência desses valores em seu comportamento em outras

situações. Em nosso trabalho recente na comunidade negra, conseguimos fazer emergir a existência de tais normas opostas. A figura 8.5 mostra respostas aos dois primeiros itens de nosso teste de reação subjetiva, opondo um falante de classe operária a um falante de classe média em frases "zero" (que não contém nenhuma das variáveis em exame).

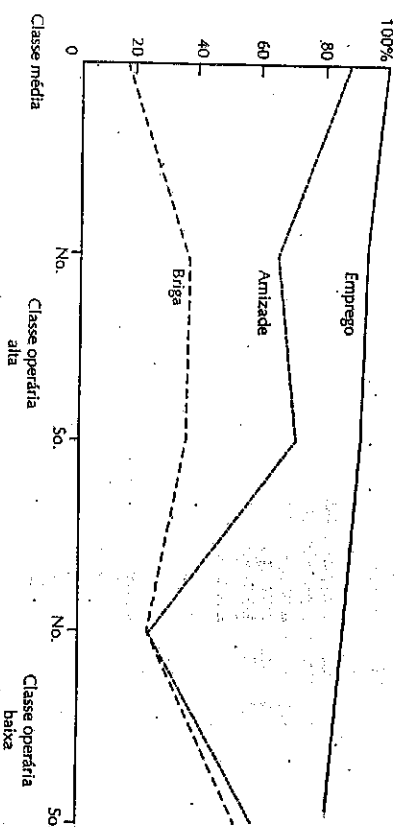


Figura 8.5 Porcentagem de um falante de classe média mais alta do que um falante de classe operária em três escalas de 5 grupos sociais, de Labov et al. (1968: 242).

A linha superior mostra a porcentagem daqueles que puseram o falante de classe média bem alto na escala de "adequação ao emprego". Ela começa muito alta com as pessoas de classe média e cai ligeiramente enquanto nos movemos para os grupos socioeconômicos inferiores. A linha inferior é o inverso: ela registra reações na escala da "briga" ou da "resistência": "Se o falante estivesse numa briga de rua, qual a chance dele sair vencedor?" Aqui há uma relação simples de inversão: um este-reótipo que é provavelmente reforçado pelos professores na escola, mas que também mostra algum reconhecimento da realidade social. Mas o terceiro conjunto de reações na escala da "amizade" mostra que tem mais coisa envolvida aqui. Essa escala é a resposta à pergunta: "Se você conhecesse o falante por muito tempo, qual a chance dele se tornar um grande amigo seu?" Para os três grupos sociais mais altos, ela acompanha de perto a escala do emprego; mas para a classe operária baixa, ela despenca abruptamente e acompanha a escala da briga. O mesmo fenômeno pode ser observado para todo o espectro de variáveis testadas (Labov et al. 1968: 3.6).

soas criadas fora da cidade em seus anos de formação não exibem nada do padrão regular das reações subjetivas características dos nativos, quando está em jogo uma variável nova-iorquina como a vogal de *loar* (Labov 1968a: 651).

⁴¹ Alguns dos desenvolvimentos extremos das mudanças vocálicas vernaculares em Nova York, em Detroit ou em Chicago são vogais tensas que parecem envolver, se comparadas ao padrão, uma grande dose de esforço muscular. A análise espectrográfica indica que esses vogais, como o /a/, breve que se alça à altura de *here*, são extremamente anteriorizadas.

Temos, portanto, algum suporte empírico para postular a oposição entre dois conjuntos de valores quanto ao correlato normativo de marcadores sociolingüísticos estáveis como (th) e (ing). Neste tipo de estudo, concordamos com Homans (1955) que o objeto apropriado de estudo não deve ser só o comportamento, ou só as normas, mas sim o grau em que (e as regras pelas quais) as pessoas se desviam das normas explícitas que elas sustentam. É nesse nível de abstração que podemos desenvolver melhor a teoria lingüística e sociolingüística.

O papel de fatores sociais na mudança lingüística

Embora este capítulo não tenha como interesse primordial o problema da mudança lingüística, já introduzimos alguns dados que incidem sobre esta questão. Ao falar do papel de fatores sociais que influenciam a evolução lingüística, é importante não superestimar o grau de contato ou de superposição entre valores sociais e a estrutura da língua. A estrutura lingüística e a estrutura social não são de modo algum coextensivas. A grande maioria das regras lingüísticas estão bastante distantes de qualquer valor social; elas fazem parte do elaborado mecanismo de que o falante precisa para traduzir seu complexo conjunto de significados ou intenções em forma linear. Por exemplo, as regras que governam os quantificadores e a negação discutidas acima estão bem abaixo do nível da avaliação social, e sua distribuição irregular, idiossincrática na população reflete esse fato.

As variáveis mais próximas da estrutura superficial frequentemente são foco da avaliação social. De fato, valores sociais são atribuídos a regras lingüísticas somente quando há variação. Os falantes não aceitam de imediato o fato de que duas expressões diferentes realmente "têm o mesmo significado" e existe uma forte tendência a atribuir diferentes significados a elas⁴². Se dado grupo de falantes usa uma variante particular, então os valores sociais atribuídos a esse grupo serão transferidos a essa variante lingüística. Sturtevant (1947) propôs um modelo geral de mudança lingüística, mostrando a oposição de duas formas, cada qual favo-

⁴² Quando o *cruller* (holandês *kroeller*) foi substituído em Nova York pelo termo-padrão *doughnut*, o termo *cruller* foi atribuído de modo variado a outras formas de rosquinhas. De igual modo, o *pot cheese* (holandês *pot kees*) local foi substituído por *ottage cheese* e foi diferenciado para indicar uma forma mais seca. A oscilação de pronúncias socialmente marcadas de *these* levou um informante a dizer: "These small ones are my [veziz], but these big ones are my [vaziz]".

recida por um grupo social particular. Quando a questão fica resolvida, e uma forma se torna universal, o valor social associado a ela desaparece.

No que diz respeito ao aspecto sincrônico da estrutura da língua, seria um erro pôr demasiada ênfase nos fatores sociais. A gramática gerativa tem feito grande progresso em desvendar as relações invariantes dentro dessa estrutura, muito embora despreze totalmente o contexto social da língua. Mas agora parece claro que não se pode fazer nenhuma avanço importante rumo ao entendimento do mecanismo da mudança lingüística sem o estudo sério dos fatores sociais que motivam a evolução lingüística. O capítulo 7 esboçou uma proposta para o mecanismo básico pelo qual os fatores sociais interagem com os fatores internos, lingüísticos. O capítulo 9 abordará um campo muito mais amplo e terá como foco principal o espectro das variáveis sociais que influenciam diretamente o curso da evolução lingüística.

4. ALGUMAS REGRAS INVARIANTES DA ANÁLISE DO DISCURSO

Essa apresentação se concentrou, até agora, quase inteiramente nas regras variáveis da língua: seu uso para responder de modo decisivo questões sobre a estrutura lingüística, seu lugar na estrutura sociolingüística e, mais brevemente, seu papel na evolução da língua. Mas um grande número de regras lingüísticas são absolutamente invariantes: são regras categóricas que, dado o *input* adequado, sempre se aplicam. Mais do que qualquer outro campo interessado no comportamento humano, a lingüística tem tido sucesso em isolar as estruturas invariantes subjacentes aos fenômenos de superfície, e é sobre essas conquistas que temos construído o trabalho esboçado nas seções 2 e 3. A representação formal das regras variáveis apresentada ali depende de (e se encaixa em) certo número de regras gramaticais invariantes derivadas de estudos da língua bem afastados de qualquer contexto social.

Existem algumas áreas da análise lingüística em que nem sequer os primeiros passos rumo às regras básicas, invariantes, podem ser dados sem que se considere o contexto social do evento de fala. Os exemplos mais notáveis estão na análise do discurso. O problema fundamental da análise do discurso é mostrar como um enunciado se segue a outro de maneira racional, governado por regras — em outras palavras: como en-

tendemos um discurso coerente. Confiamos em nossas intuições para distinguir o discurso coerente do incoerente. Por exemplo, o que se segue simplesmente não é governado por nenhuma regra que possamos reconhecer de imediato:

35 A: Qual é o seu nome?

B: Bem, digamos que você tenha pensado que tinha algo de antemão, mas ainda não tem.

A: Vou chamar você de Dean.

Trata-se de um trecho de uma conversa entre um médico e um paciente esquizofrênico. Nossos primeiros dados, ao lidar com essa passagem, serão nossas reações intuitivas, e o primeiro desafio na análise do discurso é dar conta de nossas intuições (tal como confirmadas pelas respostas dos participantes como em 35). A questão é: de quantos dados, e de que tipo, precisamos para formar juízos corretos e interpretar seqüências de enunciados como fazem os participantes da conversa? O caso mais simples é o das respostas elípticas, como em 36:

36 A: Você vai trabalhar amanhã?

B: Sim.

Aqui, nosso conhecimento normal da sintaxe da língua é suficiente para nos permitir derivar o enunciado de B de *Sim*, *vou trabalhar amanhã*. Existe uma regra de discurso simples da seguinte forma:

37 Se A enuncia uma pergunta da forma Q-S₁ e B responde com um E existencial (incluindo *sim*, *não*, *talvez* etc.), então se ouve B responder a A com a afirmação E-S₁.

Mas agora vamos considerar seqüências da seguinte forma:

38 A: Ela nunca ajuda em casa.

B: Sim.

39 A: Ela te disse no que estamos interessados.

B: Sim.

40 A: Você mora na rua 115.

B: Não. Moro na 116.

Encontramos vários desses exemplos em nossas análises de entrevistas terapêuticas e na fala diária. A regra 37 obviamente não se aplica: não existe nenhum Q-S₁ na formulação de A. Será verdade que qualquer

afirmação pode ser seguida de *sim* ou *não*? As seqüências abaixo parecem indicar o contrário:

41 A: Não gostei do modo como você disse aquilo.

B: *Sim.

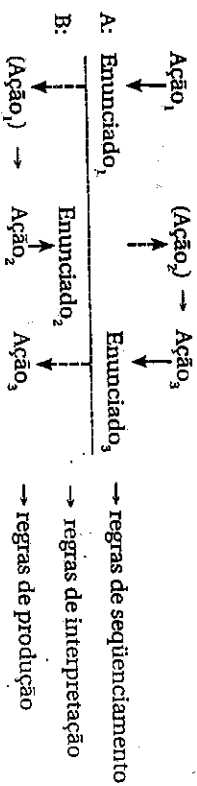
42 A: Estou com muito calor hoje.

B: *Não.

Não se trata apenas do fato de que 41-42 não pedem nem toleram uma resposta *sim* ou *não*, mas, de modo ainda mais admirável, que afirmações como 38-40 parecem exigir tal resposta. Encontramos diversos casos em que os falantes não permitirão que a conversa continue, a menos que uma resposta *sim* ou *não* tenha sido dada a enunciados desse tipo. A regra que opera aqui é uma das regras invariantes mais simples do discurso. Dadas duas partes numa conversa, A e B, podemos distinguir como “eventos-A” as coisas que A conhece, mas B não; como “eventos-B”, as coisas que B conhece; mas A não; e como “eventos-AB”, o conhecimento que é compartilhado igualmente por A e B. A regra então expressa:

43 Se A faz uma declaração sobre um evento-B, esta é percebida como um pedido de confirmação.

Observe-se que, em 41-42, A está fazendo uma declaração sobre um evento-A, mas em 38-40, sobre um evento-B. Qualquer um pode testar essa regra numa conversa normal e observar a força de sua operação. Essa regra contém o construto social de “conhecimento partilhado”, que normalmente não é parte de uma regra linguística. Essa é simplesmente uma das várias regras de interpretação que relacionam “o que se diz” — perguntas, declarações, imperativos — com “o que se faz” — pedidos, recusas, asserções, negações, insultos, desafios, retatações, e assim por diante. Não existem relações simples uma-a-uma entre ações e enunciados; regras de interpretação (e suas quase simétricas regras de produção) são extremamente complexas e relacionam diversos níveis hierárquicos de “ações” uns com os outros e com enunciados. Regras de seqüenciamento não operam entre enunciados, mas entre as ações desempenhadas com esses enunciados. De fato, em geral não há conexão alguma entre enunciados sucessivos. O padrão geral da análise do discurso pode ser esboçado como:



Pode ser útil considerar um caso mais difícil, extraído de uma entrevista terapêutica que temos investigado mais detalhadamente⁴³.

44 A: Então, quando você planeja voltar para casa?

B: Oh, por quê-ê?

Não há conexão sintática entre essas duas perguntas e nenhuma análise abstrata as relacionará corretamente. Não se pode interpretar B como Q-S: "Por que planejo voltar para casa?" Pode se interpretar B quando dirigida a uma forma implícita subjacente, A: [Eu lhe pergunto] quando você... B: Por que [você me pergunta...]? Mas essa seria uma interpretação errada; sem o conhecimento detalhado dos falantes e da situação, não se pode esperar chegar aos juízos intuitivos apropriados para começar a analisar. Precisamos saber que A é uma estudante secundarista e que B é sua mãe; que B esteve fora durante quatro dias ajudando uma filha casada; que A e B sabem que A quer que B volte para casa; e que B disse várias vezes no passado que A não pode cuidar de si mesma, o que A nega. Fica então claro que 44-A é um pedido de ação, não de informação: A está pedindo à mãe que volte para casa.

Há uma regra geral para interpretar qualquer enunciado como um pedido de ação (ou comando) que diz:

45 Se A pede a B que desempenhe uma ação X num tempo T, o enunciado de A será tido como um comando válido somente se as seguintes condições forem satisfeitas: B acredita que A acredita (= é um evento-AB) que

1. X precisa ser feito para um propósito Y
2. B tem a capacidade de fazer X
3. B tem a obrigação de fazer X
4. A tem o direito de dizer a B que faça X

⁴³ De estudos de entrevistas terapêuticas conduzidas pelo autor e por David Fanshel, da Columbia School of Social Work.

Quando, de algum modo óbvio, as quatro condições não são satisfeitas, temos piadas ou brincadeiras de mau-gosto do tipo "Dá o fora daqui!", "Vai tomar banho!" ou "Termina esse trabalho antes que eu volte do almoço!"⁴⁴ Essas condições aparecem em quase toda regra de interpretação e produção que tem a ver com dar ordens ou responder a ordens. Note-se que os termos primitivos de 45 incluem *direitos* e *deveres* que são construtos francamente sociais. Dada a regra 45, há uma regra de interpretação operando para B em resposta à pergunta de A em 44:

46 Se A pede uma informação a B sobre se uma ação X foi desempenhada, ou em que momento TX será desempenhada, e se as quatro condições de (45) estão satisfeitas, então se ouvirá A fazer um pedido de ação com a forma subjacente B: *faça X!*

A resposta de B, "Oh, por quê?", se dirige, portanto, não ao pedido de informação da superfície, mas, antes, à precondição 1 do pedido, mais abstrato, de ação: "Por que você está me pedindo para voltar para casa?" Ao fazer uma pergunta sobre a precondição 1, B descarta o pedido de A: se nenhuma das precondições é conhecimento partilhado, o pedido obviamente não é válido pela regra 45. O próximo passo de A neste discurso é responder ao pedido de informação de B: ela explica que o trabalho doméstico e os estudos são, em conjunto, coisa demais para ela fazer. Assim, o conteúdo da resposta de A mostra que ela interpreta a questão de B tal como o fazemos aqui.

Agora vemos, intuitivamente, que o pedido original de 45 ainda tem força, sob a operação de uma regra invariante posterior que afirma geralmente que

47 Se A fez um pedido, e B responde com um pedido de informação, A reafirma o pedido original suprimindo essa informação.

Como o pedido original é novamente feito, B deve agora responder uma segunda vez. Dessa vez, B descarta o pedido fazendo outra pergunta envolvendo a precondição 2 — ao implicar que Helen é a pessoa que

⁴⁴ Harvey Sacks salientou que a primeira decisão a ser tomada na interpretação de qualquer enunciado é se ele é sério ou não (ou, podemos dizer, o grau de seriedade envolvido). Reações apropriadas a piadas são limitadas, e quase independentes de contexto, mas se o enunciado é sério, regras mais complexas devem ser invocadas. A regra 45 nos mostra uma base formal para essa decisão.

deveria ser interrogada, ela indica que ela própria não deveria ser interrogada, implicando que ela (B) não tem a capacidade de cumprir o pedido de A.

48 A: Bem, as coisas estão ficando um pouquinho demais. [riso] Isso tá... tá ficando bastante difícil.

B: Bem, por que você não diz isso a Helen?

É óbvio que a complexidade da situação não acaba aqui. Essas ilustrações de regras de discurso devem servir para mostrar a forma de tais regras e o tipo de elementos primitivos que elas exigem. Embora essa exposição se baseie em vários anos de análise de entrevistas terapêuticas e outros eventos de fala, isso não avançou com a mesma segurança das soluções aos problemas das seções 2 e 3. Pelo contrário, a análise do discurso está num estágio muito mais primitivo, análogo aos primeiros desenvolvimentos na sintaxe e na morfologia. É uma questão interessante que os avanços mais significativos nesse campo não tenham sido feitos por linguistas, mas por sociólogos. O trabalho de Sacks (1972) e Schegloff (1968) localizou várias questões fundamentais acerca da seleção dos falantes e da identificação de pessoas, e isolou muitas regras de sequenciamento. Os linguistas têm sido prejudicados em sua abordagem nesse campo por causa de sua incapacidade de utilizar construtos sociais essenciais envolvendo as regras do falante e do ouvinte, obrigações, relações de poder, categorias de pertencimento etc.

Deve ficar óbvio que a abordagem ao estudo da língua em seu contexto social esboçada nas seções 2-3 deste capítulo pode facilmente acomodar a gama total de elementos de que precisamos para as regras do discurso. A abordagem linguística pode contribuir com diversos conceitos que não estão bem desenvolvidos na antropologia e na sociologia. Primeiro, há a distinção entre enunciados e ações, e as relações hierárquicas de ações por meio das quais uma pergunta pode ser vista como um pedido de informação, o qual, por sua vez, é interpretado como um pedido de ação, o qual pode aparecer num nível mais alto como um desafio. O avanço posterior nesse campo pode depender do conceito linguístico de regra invariante e da abordagem linguística da formalização dessas regras.

Cedo ou tarde, a exploração das regras do discurso chegará a uma fase quantitativa em que regras variáveis podem ser constituídas e em que grandes quantidades de dados podem ser introduzidos para con-

firmar ou rejeitar as regras preliminares que postulamos. Uma área que claramente envolve regras variáveis é a do grau de mitigação ou não-mitigação que governa a seleção de regras para fazer perguntas. Observamos que em 44 a filha tem que atenuar ou mitigar seu pedido; dizer à mãe "Volte já pra casa!" seria violar uma convenção social fortemente estabelecida, embora a mãe pudesse tranquilamente dizer isso à filha. O grau exato de atenuação e o modo como o pedido é feito implicam muitas variáveis: idade, classe socioeconômica, *status* relativo do falante e do ouvinte, e a forma do enunciado precedente. Tais condicionantes variáveis acabarão por aparecer em regras comparáveis às formuladas nas seções 2 e 3. Mas nosso conhecimento atual é ainda incompleto para tornar frutíferas essas tentativas⁴⁸. A pesquisa quantitativa implica que a pessoa saiba o que quantificar, e esse conhecimento é alcançado somente por meio de um período de tentativa e aproximação e sobre a base de um sólido corpo de construtos teóricos. Quando o analista sabe o que quantificar, o problema está praticamente resolvido.

Nos últimos anos, houve diversas tentativas, por parte dos psicólogos sociais, de caracterizar diferenças no uso da língua por falantes de classe média e classe operária (Bernstein 1966; Lawton 1968). Há pouca conexão entre as afirmações gerais feitas e os dados quantitativos oferecidos sobre o uso da língua. Diz-se que os falantes de classe média exibem maior planejamento verbal, mais argumentos abstratos, mais perspectivas objetivas, exibem mais conexões lógicas, e assim por diante. Mas ninguém desvenda a complexidade lógica de uma quantidade de fala contando o número de frases subordinadas. O estilo cognitivo de um falante não tem relação fixa alguma com o número de adjetivos incommuns ou conjunções raras que ele emprega. Como mostra o exemplo dado acima, não haveria utilidade alguma em contar o número de perguntas que alguém faz numa entrevista. A relação de argumento e discurso com a língua é muito mais abstrata do que isso, e esses índices superficiais podem ser bastante ilusórios. Quando pudermos dizer *o que* está sendo feito com uma frase, poderemos observar com que frequência os falantes fazem isso.

⁴⁸ O exame mais pormenorizado que realizamos de um evento de fala é a análise de insultos rituais na comunidade negra (Labov 1972a: cap. 8). Embora as regras de discurso dados ali pareçam bem adequadas, não temos meios para estabelecer quais estão disponíveis em nossos estudos da estrutura linguística.

5. O ESTADO DA LINGÜÍSTICA

Na introdução deste capítulo, sugeriu-se que a lingüística estava sofrendo da dificuldade de saber captar os dados fundamentais da língua. A esse respeito, nosso campo não é diferente de qualquer outra ciência social. Os lingüistas deram, sim, o passo um tanto incomum de redefinir o campo, de modo que o uso cotidiano da língua na comunidade fosse posto para fora da lingüística propriamente dita — chamando-o de *fala*, e não de língua. Em vez de se preocupar com as dificuldades de lidar com esse material, os lingüistas consideraram simplesmente desnecessário, em termos teóricos, dar conta dele. De fato, alegou-se que um lingüista *não deveria* se ocupar dos fatos da fala.

Por quanto tempo um programa assim pode continuar a ser produtivo, eis uma questão aberta. A lingüística claramente se beneficiou com a restrição de seu campo de visão. Mas se, neste momento, a lingüística está mais avançada do que qualquer outro estudo do comportamento social, isso se deve, sem dúvida, à natureza altamente estruturada do nosso objeto, mais do que à excelência particular de nossas estratégias. Neste capítulo, levantei uma série de problemas onde o progresso foi bloqueado, onde um campo mais amplo de visão parece ser exigido para se chegar a uma solução decisiva. A análise da língua fora de contexto, indubitavelmente continuará como uma meta separada; como antes, encontraremos alguns lingüistas que dispendirão todo o seu tempo analisando suas intuições sobre a língua, enquanto outros trabalharão com textos ou empreenderão experimentos de laboratório. Minha própria opinião é a de que tal atividade será cada vez mais valorizada como um preliminar necessário para o desenvolvimento da pesquisa lingüística. Mas a teoria lingüística não pode ignorar o comportamento social dos falantes de uma língua, tanto quanto a teoria química não pode ignorar as propriedades observadas dos elementos.

As punições para quem ignorar os dados da comunidade de fala são um crescente sentimento de frustração, a proliferação de questões polémicas e a convicção de que a lingüística é um jogo em que cada teórico escolhe a solução que combina com seu gosto ou intuição. Não acredito que necessitemos, neste ponto, de uma nova "teoria da linguagem"; em vez disso, precisamos de um novo modo de fazer lingüística que produza soluções decisivas. Ao alargar nossa visão da língua, encontramos a

possibilidade de estarmos certos: ao encontrar respostas que são sustentadas por um número limitado de medições reproduzíveis, em que o viés inevitável do observador é cancelado pela convergência de diversas abordagens. Existem vários lingüistas que não acreditam que haja um lado certo ou um lado errado para alternativas teóricas: a natureza de seus dados não permite convergência com qualquer outra visão ou confirmação decisiva deles.

Não quero dizer, é claro, que uma solução particular oferecida seja correta num sentido absoluto. Ninguém duvida que seu melhor esforço será criticado, modificado, substituído, ou que talvez reemerja numa forma quase irreconhecível. Mas dentro do arcabouço oferecido por este capítulo, podemos dizer que o tipo de soluções oferecidas a problemas tais como simplificação de grupos consonantais, apagamento da cópula e concordância negativa representam relações abstratas de elementos lingüísticos que estão profundamente encaixados nos dados. É razoável acreditar que são mais do que construções do analista — que são propriedades da língua em si mesma. O estado da lingüística é de fato promissor se pudermos afirmar isso de qualquer resultado de nossa pesquisa.